



# PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

- » RELATÓRIO DE GESTÃO 2019
- » DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
- » REGULAMENTOS
- » CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS, RELATÓRIO, CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA ANUAL



MONTEMOR | O | NOVO  
câmara municipal



01

RELATÓRIO DE GESTÃO 2019



## ÍNDICE

### ENQUADRAMENTO E ANÁLISE DA ATIVIDADE MUNICIPAL

#### 1 - Anexos às Demonstrações Financeiras

1.1 - Identificação município

1.2 - Legislação (constituição orgânica e funcionamento)

1.3 - Estrutura organizacional efetiva

1.4 - Descrição sumária das atividades

Execução PPI

Execução PA

1.5 - Gestão de Pessoal

Estrutura

Evolução do número de trabalhadores por tipo de vínculo

Média de idades e distribuição por género

Habilitações literárias

Estrutura profissional

Formação

1.6 - Organização contabilística

Outros elementos da conta

1.7 - Acréscimos e Diferimentos

1.8 - Modificações orçamentais

1.9 - Outras informações relevantes

#### 2 - Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados

2.1 - Derrogações

2.2 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

2.3 - Critérios valorimétricos utilizados

2.4 - Cotações de resultados originariamente expressos em moeda estrangeira

2.5 - Situações em que o resultado do exercício foi afetado

2.6 - Comentário às contas

2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões

Quadro Ativo Bruto

2.8 - Descrição do ativo imobilizado

Amortizações do exercício e acumuladas

2.9 - Custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações e que tenham sido capitalizadas nesse período

2.10 - Diplomas legais nos termos em que se baseou a realização dos bens de imobilizado

2.11 - Quadro discriminativo das reavaliações

2.12 - Imobilizações corpóreas e em curso

2.13 - Bens utilizados em regime de locação financeira

2.14 - Bens de imobilizado

2.15 - Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização

2.16 - Entidades participadas

Entidades societárias

## Entidades não societárias

2.17 - «Títulos negociáveis» e «Outras aplicações de tesouraria»

2.18 - Discriminação da conta «Outras aplicações financeiras», com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores de balanço

2.19 - Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias

2.20 - Atribuição de valor inferior – Ativo circulante

2.21 - Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de

2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros

2.23 - Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local

2.24 - Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos

2.25 - Dívidas ao Estado em situação de mora

2.26 - Garantias e cauções prestadas

2.27 - Provisões acumuladas

2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo patrimonial», constantes do balanço

2.29 - Custo de mercadorias e de matérias-primas

2.30 - Demonstrações das variações de produção

2.31 - Demonstração de Resultados

2.32 - Demonstração de Resultados Financeiros

2.33 - Demonstração de Resultados Extraordinários

### **3 - Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução**

3.1 - Evolução do orçamento

3.2 - Análise geral

3.3 - Receita

3.4 - Receitas correntes

3.5 - Receitas de capital

3.6 - Despesa

3.7 - Despesas correntes

3.8 - Despesas de capital

3.9 - Grandes Opções do Plano

Plano de Atividades

Plano Plurianual de Investimentos

3.10 - Contratação Administrativa

3.11 - Transferências e subsídios

3.12 - Aplicação de ativos de rendimento fixo e variável

3.13 - Endividamento líquido

3.14 - Pagamentos em atraso

### **4 - Evolução da Situação Financeira e Económica**

4.1 - Evolução da Estrutura – Análise do Balanço

### **5 - Aplicação de Resultados**

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

## **REGULAMENTOS**

## ENQUADRAMENTO E ANÁLISE DA ATIVIDADE MUNICIPAL

O Executivo Municipal apresenta, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, os **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS (DPC)** relativos à Gerência correspondente ao exercício financeiro do ano de 2019.

No âmbito da Lei n.º 1-A/2020 de 19 de março foram tomadas “medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica” no momento de Pandemia Mundial provocada pelo Coronavírus SARS-COV-2 doença de COVID -19, e conforme previsto no n.º 1 do artigo 4º foi prorrogado o prazo para remessa ao Tribunal de Contas até 30 de junho de 2020 dos documentos de Prestação de Contas do ano 2019.

Com o enquadramento supra referido, os prazos previstos no artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, em matéria de apreciação dos documentos de prestação de contas, foram reajustados, de forma a permitir a sua produção o mais rigorosa possível.

Por força e decorrente do adiamento sucessivo da implementação do SNC-AP para os Municípios, os **Documentos de Prestação de Contas** em apreço foram preparados segundo as regras e princípios definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), e apresentados no cumprimento da Resolução n.º 4/2001-2ª Secção e Resolução n.º 7/2018 de 9 de janeiro de 2019 aplicados por força do disposto no n.º5 do Despacho n.º1/2019-2ª Secção do Tribunal de Contas – Área IX.

A concretização das Grandes Opções do Plano (GOP's) e do Orçamento do Município (OM), contendo as orientações políticas fundamentais, a estratégia de desenvolvimento local, os programas, projetos e principais ações que a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo se propôs realizar em 2019, segundo ano do mandato 2017/2021, ocorreu, ainda, sob a influência determinante da situação vivida em Portugal nos últimos anos, marcada pela aplicação de medidas de austeridade.

Este enquadramento foi, aliás, publicamente assumido, afirmando o Programa de Trabalho como um compromisso para cumprir, mas condicionando-o, expressamente, **“ao quadro de constrangimentos provocados pelas consequências da política de austeridade sentidas nos últimos anos no país, com consequências também contra o Poder Local Democrático, limitando fortemente a sua autonomia e a sua capacidade de resposta às populações”**.

Foram afirmados como grandes desafios estratégicos para o concelho no horizonte temporal do atual mandato autárquico e dos próximos anos: o relançamento das dinâmicas de investimento produtivo; a estruturação e desenvolvimento do cluster agroalimentar/desenvolvimento rural e a dinamização da economia urbana em torno da cultura e do Património, assentes na renovação dos modelos de governação e gestão territorial, tal como perspetivados na Carta Estratégica Montemor-o-Novo 2025.

Sendo certo que as políticas municipais intervêm ao nível da qualificação das áreas de localização empresarial e da promoção do território, para a atração de investidores, e que Montemor-o-Novo tem concretizado intervenções relevantes em matéria de reabilitação urbana, com forte investimento público, será sempre determinante para o concelho a criação de emprego e o reforço do investimento e do setor produtivo. E tal só é possível como uma política nacional que assuma este caminho.

A intervenção do Poder Local foi, nos últimos anos e ainda em 2019, com a situação vivida em Portugal, marcada pelo reflexo da aplicação de medidas de austeridade.

Medidas que tiveram reflexos negativos na intervenção e resposta do Poder Local às necessidades da população: a quebra do investimento público municipal; a limitação e mesmo a impossibilidade de contratação de pessoal; as dificuldades na gestão e funcionamento dos serviços municipais, através da inadmissível ingerência do governo na organização dos serviços e na limitação dos cargos dirigentes dos municípios; a asfixia da atividade desportiva, cultural e recreativa e do trabalho com o movimento associativo e os agentes do território.

Ainda assim, a construção e a gestão dos documentos previsionais para 2019, em Montemor-o-Novo, coincidiu com o quarto Orçamento de Estado de uma nova fase da vida política nacional, que deu novos passos no caminho de reposição, defesa e conquista de direitos e de rendimentos usurpados.

### **Situação económica e social do concelho**

Montemor-o-Novo tem visto a sua população residente diminuir, prosseguindo o que já se vinha verificando desde a década de 60, na última década perdeu 9% de habitantes, apesar desses dados, a população do concelho representa 10,3% da população do Alentejo Central (INE- 2019).

De acordo com as últimas estimativas do INE, entre 2011 e 2018, a região perdeu mais de 51 mil habitantes (cerca de 7%), revelando uma contínua diminuição da população residente na região. O concelho de Montemor-o-Novo perdeu cerca de 1700 residentes, entre 2011 e 2018, cerca de 10% (INE- 2019). De um modo geral, o período de 2011 a 2018 parece ter sido negativo para a região.

Nos últimos anos, a retoma da emigração, principalmente de jovens, em conjunto com a queda da natalidade e o adiamento da parentalidade, devido à significativa degradação das condições de vida, teve como consequência uma população cada vez mais envelhecida (índice de Envelhecimento do concelho – 281,1, INE-2019) e dependente. (Índice de envelhecimento no Alentejo Central é de 212,4 e no Alentejo é de 203,1). Em relação ao índice de dependência de idosos, é de 50,5 no concelho, de 42,3 no Alentejo Central e de 41,1 no Alentejo.

Contudo, o concelho de Montemor-o-Novo apresenta um saldo positivo na relação atração/repulsão residencial, embora insuficiente, para compensar a perda resultante do crescimento natural negativo (segundo o INE, em 2018 tivemos 98 Nados vivos e 254 óbitos).

A capacidade de atração concelhia (7%), nos últimos anos, foi superior à envolvente regional (5% na Região Alentejo, 4% no Alentejo Central), sendo que a distribuição do crescimento populacional por freguesia sugere que a atratividade residencial identificada se concentra na Cidade.

A escassez de população em idade jovem (Com menos de 15 anos em 2018, 1680, INE), mais do que o elevado peso da população idosa (Com 65 ou mais anos em 2018, 4723, INE), determina uma extrema dificuldade futura na renovação dos quantitativos populacionais do concelho. A criação de emprego, no sentido de conseguir criar uma dinâmica imigratória positiva, constitui uma das principais prioridades do concelho, a encarar nos próximos anos.

Em 2018, a taxa de atividade em Portugal era de 59%. Em Montemor-o-Novo este indicador era de 51,4%, semelhante ao verificado no Alentejo e no Alentejo Central 56% e 52,9% respetivamente, principalmente derivado ao envelhecimento populacional regional.

A distribuição da população ativa por setor de atividade económica em Montemor-o-Novo é marcada pela preponderância do setor terciário da economia, essencialmente serviços de carácter público, na capacidade empregadora local e pela manutenção de um apreciável volume de população ativa na agricultura. Em 2017, havia 2698 Trabalhadores por conta de outrem no concelho, 522 no Sector Primário, 658 no Sector Secundário, e 1518 no Sector Terciário.

O traço mais marcante da estrutura da população ativa no concelho reside, no entanto, na manutenção de uma elevada percentagem de ativos no setor primário, 19% Trabalhadores permanentes, por conta de outrem, no sector primário (Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2018, INE), principalmente agricultura e pecuária.

Em termos de Empresas e Estabelecimentos, segundo o Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2018, INE, o concelho representava 10% do Alentejo Central, apenas atrás do concelho de Évora que representava 35%, e à frente de Estremoz (9%), representando estes concelhos 54% do Alentejo Central. Pese embora tenha uma situação mais favorável face ao distrito, o concelho sofre também com

o desemprego, fruto das falências, do encerramento e/ou quebra de atividade de muitas empresas e da não criação, em número suficiente de novos postos de trabalho. Continua em queda o poder de compra da maioria da população, inferior à média nacional em cerca de 13% – sendo que, como é infeliz norma, os trabalhadores, os reformados e as pequenas atividades económicas foram os mais atingidos.

A Taxa de Desemprego no concelho rondava entre 8% e os 9%, em 2011, durante a crise económica (Alentejo Central acima dos 11% e o Alentejo acima dos 12%), e que melhorou nos últimos 2 anos, diminuído consideravelmente em 2019. Em 2017 estavam inscritas mais de 400 pessoas no Centro de Emprego de Montemor-o-Novo, no final de 2019 estavam apenas inscritas 257 pessoas.

Continuaremos a exigir uma política económica não restritiva e preocupada com a criação de emprego, sistemas de incentivos eficazes ao investimento no interior, apoio às micro e pequenas empresas, maior facilidade de acesso ao crédito, apoios estruturais à criação de emprego, formação profissional adequada às necessidades.

A Câmara Municipal continuará o esforço de promoção do concelho e das suas potencialidades, dinamização e captação de investimento, de empresas e de atividades diversas geradoras de emprego, manterá a exigência de políticas de crescimento económico e de investimento público.

Em matéria de equipamentos sociais, o concelho atingiu já níveis de cobertura positivos em virtude dos investimentos realizados nas respostas sociais dirigidas aos idosos, à deficiência e também à infância e juventude.

Há igualmente a referir que Montemor mantém uma atividade económica, social, cultural e política que tem minimizado parcialmente o impacto negativo dos problemas e das políticas nacionais identificadas, mas que sente também os constrangimentos das autarquias.

Montemor-o-Novo tem recursos, potencialidades, capacidades e vontade para assegurar – desde que sejam concretizadas adequadas políticas nacionais! - o necessário desenvolvimento para uma vida digna e mais justa para a generalidade dos cidadãos. É na melhoria contínua do trabalho, na procura de novas soluções, alargando parcerias, discussões e colaborações com entidades locais, regionais e nacionais, reinventando novas formas de trabalho que daremos continuidade ao nosso trabalho.

Em 2019, no contexto já descrito, a Câmara Municipal manteve o equilíbrio das contas, no quadro de uma gestão de recursos insuficientes, garantindo um bom nível quantitativo e qualitativo de cumprimento dos compromissos e objetivos traçados, no quadro dum projeto político de continuidade de construção de um concelho mais Desenvolvido, mais Participado, com mais Qualidade de Vida.



Destacam-se as seguintes ações e investimentos:

- **Beneficiação do Núcleo de Interpretação Ambiental de Baldios;**
- **Execução de Infraestruturas e Construção de Edifício para Instalações Sociais dos Trabalhadores nas Instalações Municipais da Adua**
- **Pavimentação da Rua Padre Flausingo e Rua João Paulo II em Foros de Vale de Figueira**
- **Conclusão da Requalificação da Estrada Municipal 530**
- **Início da Elaboração da Estratégia Local de Habitação**
- **Início da obra de consolidação e reforço de Fundações e Estruturas do Convento da Saudação (com o apoio do Fundo de Salvaguarda do Património Cultural)**
- **Repavimentação de 11 ruas na Cidade de Montemor-o-Novo**
- **Pavimentação da Rua da Serração em Ciborro**
- **Pavimentação da Travessa do Campo da Bola em Ciborro**
- **Pavimentação de troço final da Rua do Zambujeiro em Ciborro**
- **Renovação do edifício do Centro Interpretativo do Castelo**
- **Requalificação da Rua dos Cavalos em Montemor-o-Novo**
- **PEDU- reforço de intervenções a decorrer: Rua de Aviz, Rua das Escadinhas, Rua de S. Miguel, Rua de Olivença, Rua do Calvário e envolvente do Jardim Publico, início da obra de requalificação do Mercado Municipal, Rua Comandante Fragoso e envolvente ao Mercado Municipal e requalificação dos Espaços Exteriores, Acessos e Terreiros do Castelo**
- **Início da requalificação da Escola EB1/JI de Escoural**

Procurámos, no âmbito das nossas competências, estudar, acompanhar, intervir, responder aos principais problemas da população do concelho. Mantivemos a luta contra a extinção de freguesias, em defesa do Serviço Nacional de Saúde. Dinamizamos o movimento Amalentejo, afirmando a importância do reforço do Poder Local no Alentejo, através da criação da Comunidade Regional do Alentejo.

O presente relatório de gestão traduz, de forma sucinta, a execução das Grandes Opções do Plano, as opções programáticas aprovadas no programa eleitoral sufragado pelos montemorenses no mandato 2013-2017, e reafirmado para o mandato 2017-2021 pelos resultados das eleições autárquicas de 1 de outubro de 2017, bem como a execução orçamental, na continuidade do trabalho desenvolvido nos mandatos anteriores.

A Câmara Municipal disponibiliza à Assembleia Municipal um relatório detalhado de toda a atividade municipal.

Foram grandes objetivos:

- **Promover a democracia participada** – permanente política de proximidade com as populações, pela auscultação não institucional, assegurada por diversas ações como encontros e atendimentos à população, debate sobre questões de interesse local, plenários e reuniões diversas, apresentação e consulta pública de projetos e estratégias de desenvolvimento, a denuncia da contrarreforma para a liquidação do Poder Local Democrático pugnando pela defesa dos serviços públicos contra o encerramento e as privatizações, a defesa da regionalização, da descentralização local, a **defesa das freguesias e a reafirmação da exigência da reposição das 10 freguesias do concelho**, respeitando a vontade expressa das populações e rejeição da legislação atentatória ao poder local democrático e da institucionalização das regiões administrativas.

Em 2019, desenvolvemos um conjunto de contactos e recolha de informação com vista à avaliação do **impacto da implementação das transferências de competências do Estado para as autarquias locais**. Pese embora a rejeição da assunção de competências, a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver internamente procedimentos de levantamento de custos de manutenção e intervenção, nomeadamente nas áreas da saúde e educação.

Mantivemos a **política de descentralização de competências**, assegurando que, pese embora o acréscimo de competências diretas, as freguesias do concelho têm meios e recursos disponíveis para intervenção e resposta às populações. Os acordos de colaboração foram limitados, sobretudo pelos constrangimentos financeiros. Ainda assim, cumprimos a orientação política estratégica de descentralização, cooperação e valorização das freguesias mantendo os contratos Interadministrativos e acordos de cooperação que estabelecem a Delegação de Competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia do concelho.

Concretizamos ainda outras formas de apoio e cooperação com as freguesias, nomeadamente:

- Execução de Caixa Multibanco e Acessibilidades na Freguesia de Cabrela
- Requalificação do Parque Infantil da Praça da República em Cabrela
- Construção de balneários públicos em Cabrela
- Requalificação de Sanitários Públicos no Largo do Povo em Ciborro
- Instalação de parque infantil em Ciborro
- Aquisição e instalação de ar condicionado no Edifício Escolar em Foros de Vale de Figueira
- Construção de Parque Geriátrico em Cortiçadas de Lavre
- Requalificação de exteriores na sede da Associação de Jovens e Sala Multiusos em Cortiçadas de Lavre
- Reabilitação da Casa das Associações em Foros de Vale de Figueira
- Construção de Parque Sénior em S. Geraldo
- Construção de Portão a e Acessibilidades na EB 2,3 São João de Deus
- Requalificação do Parque Infantil S. Geraldo
- Apoio para realização de Feira Franca em Santiago do Escoural
- Instalação de Parque Lúdico em S.Brissos
- Requalificação do Parque Infantil do Largo 1º de Maio em S. Cristóvão

Procurámos concretizar também o fomento da dinâmica popular e da dinamização do movimento associativo através da manutenção dos apoios, da contratualização com instituições e da gestão participada de equipamentos.

Na sequência da entrada em vigor da alteração à organização de serviços, em setembro de 2019 foi criado o **Gabinete das Associações**, serviço municipal com a responsabilizar de acompanhar diretamente toda a atividade do movimento associativo do concelho (com exceção das associações da área económica), garantindo mais proximidade e melhor resposta e o cumprimento do objetivo de **dinamização e apoio ao movimento associativo**.

- **Valorizar e defender o serviço público de qualidade** – Em 2019, demos continuidade à **intervenção ao nível das instalações municipais**, no estaleiro da ADUA, nomeadamente com a conclusão da obra das infraestruturas, de água e saneamento e do edifício das instalações sociais, obras que nos permitem dar início à instalação de serviços, criando o principal polo dos serviços operacionais da Câmara Municipal.

Foram adquiridas novas viaturas e equipamentos com destaque para uma nova viatura de recolha de resíduos, uma nova viatura de desobstrução de coletores e um conjunto para limpeza de faixas de combustão (trator e roça mato) dando continuidade ao plano de renovação anual com o objetivo de modernização e melhor resposta dos serviços. A concretização deste objetivo deu-se com a continuidade do **programa de modernização da gestão municipal, promoção do município e da atividade municipal**, de que destacamos a adesão à Associação dos Municípios Portugueses do Vinho, a receção da delegação da província chinesa de Shandong, a participação na Feira Ibérica de Turismo da Guarda, participação em projetos intermunicipais de desenvolvimento, bem como a preparação de programas e formação profissional dos trabalhadores.

Mantivemos o **trabalho na área do pessoal, da formação e da melhoria das condições de trabalho**, com contactos regulares com as estruturas representativas dos trabalhadores e o integral respeito pelos direitos dos trabalhadores como orientação política de fundo.

Na área da comunicação revela-se a gestão de conteúdos informativos nas redes sociais e outras plataformas de comunicação. Demos particular atenção à comunicação entre a Câmara Municipal e o Município (nos dois sentidos) e ao relacionamento com a comunicação social.

- **Apostar na dinamização, expansão e diversificação da economia** - O desenvolvimento económico e o emprego constituem uma prioridade estratégica permanente, na perspetiva da diversificação, expansão e dinamização da base económica.

Do ponto de vista da atração de investimentos e empresas, registamos em 2019, os seguintes dados:

- número de lotes cedidos na Zona Industrial da Adua: 3
- número de novas empresas criadas (20) vs insolvências (6): (Sociedades criadas: 20 e Sociedades extintas: 6) nota: são só sociedades, não sendo possível recolher informação dos ENI e independentes

- número de espaços atribuídos no CAME: 2
- número de contactos com investidores: 30

Em 2019, demos seguimento à **Estratégia Alimentar do concelho- SMEA, com a assinatura** da Carta de Compromisso e a preparação das ações prioritárias a desenvolver em 2019-2020. Mantivemos o Programa Mor+ Economia - desenvolver, empreender e inovar da qual destacamos as visitas e contactos diretos com agentes económicos do setor agro alimentar, a promoção de ações de divulgação de programas e incentivos à atividade económica.

Foi dada continuidade ao programa **“Ao Sabor das Estações”**, com atividades de promoção e valorização de produtos locais.

Destacamos também o **Protocolo Local** - programa de promoção e valorização do comércio local do concelho, uma parceria entre a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia e a Associação Comercial do Distrito de Évora, que tem vindo a reforçar as suas medidas.

No âmbito do **Centro de Acolhimento às Micro Pequenas e Médias Empresas**, foram dinamizadas ações de promoção do empreendedorismo e benchmarking. Em 31 de dezembro de 2019 o CAME acolhia 13 projetos, 3 em regime virtual e 10 em regime de incubação física.

No decorrer de 2019 o CAME acolheu 14 projetos, destacando a manutenção de 39 postos de trabalho, geradores de 660.000 Euros de Volume de Negócios e um investimento induzido no concelho superior a 2M euros, dos quais 2% em IDT.

O **Programa de Promoção da Economia do concelho** promoveu e divulgou recursos e potencialidades do concelho, destacando-se a promoção do 16º Festival de Sopas e da 16ª Feira do Pão e da Doçaria de Montemor-o-Novo.

Os **Programas de Apoio ao Desenvolvimento Económico** assentaram em programas de iniciativa municipal, com o **Programa de Apoio à Atividade Económica**, que promoveu de forma integrada um conjunto de incentivos e apoio às atividades económicas. Destaca-se também a realização de seminário dirigido às empresas do concelho, organizado em conjunto pela Câmara Municipal e pela CPPME.

No **Programa de Dinamização de Atividades**, mantivemos as iniciativas de promoção do mercado municipal (em funcionamento temporário no antigo matadouro devido à obra de reabilitação do edifício), em parceria com a Rede de Cidadania bem como a aposta no turismo, na valorização dos nossos recursos. Destacamos aqui a **adesão à Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo**, a participação na BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa, a **participação na FIT- Feira Ibérica de Turismo da Guarda**, a dinamização da Rota do Fresco da Pintura Mural e da Rota do Montado do Alentejo em parceria com a SPIRA-Revitalização do Património e a dinamização de ações no âmbito da Grande Rota Nacional 2.

Realizamos mais uma edição da Feira da Luz/Expomor, com elevada participação de agentes económicos, culturais, associativos e da população.

- **Assegurar um ordenamento do território equilibrado** - esta opção programática concretizou-se através da gestão urbanística, planeamento, apoio à recuperação e construção de habitação, qualificação urbana, rede viária, património edificado, apoio a iniciativas de particulares, gestão dos solos e da energia. Destacam-se alguns investimentos, arranjos e beneficiação de espaços exteriores, manutenção e beneficiação de espaços verdes.

O **Programa de Ordenamento do Território e o Programa de Planeamento Urbano** deram continuidade à Revisão do PDM e ao início da revisão do PU. O apoio à recuperação e construção de habitação é uma das prioridades da Câmara. Manteve-se o apoio à recuperação de habitação através do Programa MorSolidário.

No **Programa de Reabilitação Urbana**, decorreu a proposta de gestão e acompanhamento das **ORU's (Operações de Reabilitação Urbana)** que visam estruturar as intervenções a efetuar no interior das ARU's, dando sequência à estratégia de reabilitação urbana aprovada.

Iniciou-se a elaboração da **Estratégia Local de Habitação (ELH)** instrumento para implementação de uma política pública de promoção do acesso à habitação, com redefinição do modelo de gestão das habitações municipais.

No âmbito do **Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU)**, instrumento criado no âmbito do Portugal 2020 para fundamentar a estratégia de intervenção na área da mobilidade, regeneração urbana e intervenção social nos centros urbanos estruturantes (cidade de

Montemor-o-Novo), para além da continuação da obra na Rua de Aviz e Envolvente, tiveram início as intervenções de **Reabilitação do Mercado Municipal**, da **Envolvente ao Mercado Municipal** e a **intervenção de Requalificação de Arranjos Exteriores no Castelo**.

Na **área da mobilidade, circulação e trânsito**, destaca-se a participação no Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável do Alentejo Central elaborado pela CIMAC, intervenções na área da sinalização e trânsito.

No **Programa de Preservação do Património**, destacamos o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na plataforma Morbase, com atualização de conteúdos e trabalho em parceria com a Global Digital Heritage, que levou ao levantamento digital de vários locais do concelho de Montemor-o-Novo, bem como de Évora e Vidigueira. No âmbito do projeto **Centros Interpretativos do Alentejo**, decorreu a obra de **renovação do Centro Interpretativo do Castelo e da sua exposição residente**.

Destaca-se o início da obra de **consolidação estrutural do Convento da Saudação** após a aprovação da **candidatura ao Fundo de Salvaguarda do Património Cultural**, no valor de 1,6 M€. A intervenção é sustentada no Auto de Cessão e Utilização do Convento, assinado em agosto de 2018, entre a Câmara Municipal e a Direção Geral do Tesouro e Finanças. **Procedemos à execução externa do projeto de Reutilização do Convento da Saudação**, projeto já aprovado, que tem como objetivo criar e instalar no convento um Centro Nacional de Artes Transdisciplinares, para que possa servir como espaço multicultural de atividades e eventos, possibilitar visitas públicas de carácter patrimonial e a instalação do Serviço Municipal do Património Cultural.

No âmbito da **Beneficiação da rede viária e arruamentos**, destacam-se as intervenções: Pavimentação da Rua Padre Flausino e Rua João Paulo II em Foros de Vale de Figueira.

A conclusão da requalificação da Estrada Municipal 530.

A pavimentação da Rua da Serração em Ciborro.

A pavimentação da Travessa do Campo da Bola em Ciborro.

A pavimentação do troço final da Rua do Zambujeiro em Ciborro.

Repavimentação de 11 ruas na cidade Montemor-o-Novo.

Repavimentação da Rua Caminhos do Futuro e Rua Caravela e Casquinha em F.V. Figueira.

Conclusão, aprovação do projeto para Estabilização do Talude da Zona Urbana da EM 507 em Lavre.

Conclusão e aprovação do projeto de requalificação da EM 507 Lavre- Ciborro.

- **Preservar e valorizar o ambiente** - esta opção teve como principal objetivo a promoção e defesa do meio ambiente e a concretização de medidas para a eficiência energética. No âmbito da conservação da natureza destaca-se o **projeto Life-Lines** que tem por objetivo ensaiar, avaliar e disseminar medidas destinadas a mitigar efeitos negativos de infraestruturas lineares em várias espécies de fauna e, simultaneamente, promover a criação, ao longo das mesmas, de uma Infraestrutura Verde de suporte ao incremento e conservação da biodiversidade do território em que atua, um importante corredor de transporte e energia Portugal-Espanha. É liderado pela Universidade de Évora e conta com a parceria da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. Destaca-se a requalificação e reabertura do Núcleo de Interpretação Ambiental de Baldios.



A **Câmara Municipal** continua a acompanhar as ações do **Plano Intermunicipal de eficiência energética** que visa por em prática uma estratégia integrada de intervenção ao nível da eficiência energética de edifícios e iluminação pública para os 14 concelhos do Alentejo Central, potenciando também o acesso a fontes de financiamento.

No âmbito dos **sistemas municipais de abastecimento de água e saneamento** destacam-se:

Melhoramentos no reforço do AA em Lavre, com instalação de novo reservatório, permitindo o aumento da capacidade da reserva de água e reparação do reservatório existente.

Extensão de conduta para AA ao Chão do Barranco em Lavre.

Instalação de medidas de telegestão em sistemas de AA do concelho.

O **Programa da Parceria Pública para a Água e o Saneamento** centrou-se no acompanhamento da operação dos sistemas por parte da AgdA, S.A. no concelho, destacando-se a construção do sistema interceptor, com vista à ligação à nova ETAR.

O início da operacionalidade da nova ETAR de Montemor-o-Novo, permitindo resolver o tratamento das AR da cidade.

O acompanhamento junto da AgdA para a elaboração dos projetos para a construção das ETARs de Santiago do Escoural e do Ciborro, de forma a criar condições para que seja cumprido o plano de investimentos.

**Reafirma-se a firme intenção de manter a gestão pública da água e do saneamento, rejeitando todas as soluções que facilitem a privatização, a quebra de serviços e a falta de resposta às populações.** Na **gestão de resíduos** destaca-se o Sistema Municipal de recolha e tratamento de resíduos e a requalificação do equipamento urbano.

- **Promover a cultura, o desporto e o associativismo** - Ainda que afetada pelas limitações orçamentais e de pessoal, foi possível assegurar o fundamental da atividade municipal desenvolvida nesta área.

Em 2019 continuaram a ser desenvolvidos um conjunto de projetos no concelho, promovidos pelo movimento associativo, para os quais a Câmara Municipal assegura um apoio financeiro referente à contrapartida nacional, no âmbito dos financiamentos comunitários que foram aprovados. De referir ainda o apoio a 5 entidades cujas candidaturas à DGARTES foi aprovada (duas em quadriénio e 3 em biénio).

Mantivemos a colaboração e a generalidade dos apoios ao Movimento Associativo local, cuja dinâmica dá uma contribuição decisiva para o nível e a qualidade da nossa vida comunitária e até de promoção da imagem externa da nossa cidade e concelho. Destacam-se variados projetos no âmbito da realização de atividades e/ou equipamentos, dinamização dos diversos serviços e equipamentos municipais (Biblioteca Almeida Faria, Arquivo Municipal, Galeria Municipal, Cineteatro Curvo Semedo, Oficina da Criança, Oficina do Canto, Escola de Ballet, Oficina de Teatro), dinamização e programação cultural com os Ciclos de Programação e descentralização cultural, a preservação e valorização do património cultural. Teve continuidade o apoio às áreas artísticas e do pensamento, mantendo a lógica de apoio à criação e aos criadores, baseados nos projetos de residências promovidos pelos vários agentes culturais.

Destacamos a comemoração dos 40 anos da Escola de Ballet.

Também o **programa de dinamização e promoção da prática desportiva** junto da comunidade mantém uma relevância importante na dinâmica e formação das comunidades, onde destacamos para além do funcionamento regular dos equipamentos municipais (piscinas cobertas, piscinas recreativas, parque desportivo municipal, pavilhão gimnodesportivo, aeródromo municipal), os protocolos para os escalões de formação, escolas e escolinhas e o programa “dar mais vida aos anos”, a dinamização de atividades de animação sócio educativa, o programa de apoio à educação física no 1º ciclo do Ensino Básico e o programa de apoio à expressão motora nos Jardins de Infância. Destacamos também o funcionamento da Escola Municipal de natação, com um aumento significativo de praticantes e com resultados competitivos assinaláveis, resultantes numa aposta certa na construção da piscina coberta como um equipamento fundamental para a prática desportiva.

Comemorámos o Dia Internacional do Desporto ao serviço do Desenvolvimento e da Paz.

No **programa de Tempos Livres e Lazer** mantivemos o trabalho desenvolvido pela Oficina da Criança, nas **novas instalações do Centro de Animação Socioeducativo/Oficina da Criança**,

constituindo-se como uma referência no desenvolvimento de trabalhos lúdicos, de estímulo à criatividade e de animação, mas também de promoção do desenvolvimento pessoal e social, inerentes ao conceito de cidadania.

Desenvolvemos também um importante trabalho no **apoio às Associações** que desenvolvem trabalho nestas áreas, decisivos para as instituições sem fins lucrativos, incluindo um importante apoio na preparação de candidaturas a financiamentos comunitários que permitiram concretizar, ampliar e consolidar a sua intervenção com a comunidade local;

- **Apoiar a juventude** - destaca-se a dinamização do Centro Juvenil, com projetos vocacionados à capacitação dos jovens, permitindo a realização e concretização de projetos individuais e coletivos, em várias áreas, das quais se destacam as áreas da música, através da dinamização do estúdio de som, assim como nas áreas do audiovisual e das artes plásticas. Realça-se também a aquisição de equipamentos que reforçam as capacidades técnicas nesta resposta. Na Juventude é de realçar o papel da autarquia no apoio ao associativismo juvenil e a projetos de inclusão social, desenvolvimento de parcerias diversas e a concessão de bolsas de estágio, onde destacamos a concessão de estágios no âmbito do programa municipal de estágios, a dinamização de programa de voluntariado;
- **Educação** – O desenvolvimento de ações em parceria com o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, com respeito pelas competências inerentes à Câmara Municipal, tem sido um processo contínuo, com a garantia de igualdade de oportunidades para todos na disponibilização de Atividades de Apoio à Família gratuitas, programa de apoio à educação física no 1º ciclo do Ensino Básico e o programa de apoio à expressão motora nos Jardins de Infância, disponibilizando a Piscina Coberta Municipal para aulas, a atribuição de bolsas para estudantes do ensino superior, programa de verão Universidade Júnior e desenvolvimento do projeto Comunidade Empenhada na Promoção do Sucesso Escolar, onde através de um trabalho de envolvimento da comunidade, estão a ser desenvolvidas operações composta por 6 atividades, dinamizadas em ações, ações dirigidas ao público alvo dos JI/ educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico; ações dirigidas ao público alvo do 2º ciclo do ensino básico; ações dirigidas ao público alvo do 3º ciclo do ensino básico e secundário; ações dirigidas Pais e educadores; Observatório; Afetação de recursos humanos externos e internos à operação.

- **Qualificar o ensino, promover a educação - A Educação é uma das áreas que consideramos prioritárias para o desenvolvimento local e dos cidadãos.** Nesta opção programática, destaca-se o início da obra de requalificação da EB1 e JI de Santiago do Escoural, com financiamento assegurado no PDCT assinado entre a CIMAC e a Autoridade de Gestão do Portugal 2020. Teve também lugar a aprovação do projeto e lançamento do concurso para execução da obra de requalificação da EB1 nº1 de Montemor-o-Novo.

Mantivemos o **Programa de Ação Social Escolar e o Programa de Transportes Escolares**, assegurando um importante apoio social, para além das competências legais da Câmara Municipal. Reforçámos ainda as componentes de apoio à família, com destaque para o apoio à dinamização de ATL's. Nesta opção, destaca-se ainda o programa de apoio à educação física para melhor qualificação do ensino no concelho de Montemor-o-Novo.

- **Promover a Justiça social e a Saúde pública** – salienta-se o apoio social integrado no âmbito do programa Mor Solidário, através dos vários eixos de intervenção que apostou em apoios que se traduzem de forma permanente e sustentada na melhoria das condições e qualidade de vida dos setores sociais e cidadãos abrangidos. Neste âmbito – Eixo 3, destacar a atribuição de 98 bolsas de estudo concedidas a alunos do ensino superior. Releva-se a conclusão da revisão do Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social, com a elaboração de novos documentos.
- **Assegurar proteção civil e segurança** - com destaque para a Proteção Civil, no reforço do apoio a instituições e à Associação dos Bombeiros Voluntários. **Manutenção do Programa Voluntariado Jovem para as Florestas.** Acompanhámos o exercício internacional de Proteção Civil – CASCADE 2019.

Os dados constantes nos documentos da conta evidenciam um bom nível de concretização dos objetivos definidos para o mandato (2013-2017), cumprindo-se assim, de forma sustentada, os objetivos e prioridades aprovados.

Deixamos o reconhecimento para com os trabalhadores da Câmara Municipal, que apesar de ao longo de vários anos não terem sido reconhecido o direito à progressão nas carreiras e respectivas melhorias salariais, assim como o constante aumento da idade no direito à reforma, com alterações negativas na sua vida familiar e profissional, que estão agora a ser parcialmente minimizadas (salários, progressão nas carreiras, regime de aposentação), só foi possível desenvolver toda a atividade municipal e corresponder aos anseios da população, graças ao seu esforço, empenho e dedicação na prestação de um Serviço Público de Qualidade.

## 1. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os documentos de Prestação de Contas de 2019 serão os derradeiros a serem apresentados em conformidade com o Decreto-lei nº 54-A/99 de 22/fevereiro (POCAL) e as suas alterações.

### 1.1. - Identificação do Município

Município de Montemor-o-Novo

Largo Paços do Concelho, 7050-127 Montemor-o-Novo

Telefone (geral): 266898100 Fax: 266877096

Email: [cmmontemor@cm-montemornovo.pt](mailto:cmmontemor@cm-montemornovo.pt)

Sítio: <http://www.cm-montemornovo.pt/pt>

NIF: 506609553



### 1.2. - Legislação (constituição, orgânica e funcionamento)

Constituição do Executivo:

#### ➤ **Presidente**

➤ Hortênsia do Anjos Chegado Menino

#### ➤ **Vereadores**

➤ António Adriano Mateus Pinetra

➤ Palmira Rosa Bajuca Tomás Catarro

➤ Gil Pegado Porto

➤ Olímpio Manuel Vidigal Galvão

➤ Henrique José Leocádio Lopes

➤ Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira

➤ A Presidente e os Vereadores António Adriano Mateus Pinetra, Palmira Rosa Bajuca Tomás Catarro e Gil Pegado Porto exercem funções em regime de permanência.

➤ Não estão atribuídos pelouros aos Vereadores Olímpio Manuel Vidigal Galvão, Henrique José Leocádio Lopes e Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira.

➤ A relação nominal dos responsáveis é parte integrante dos anexos.

➤ O Município não dispõe de serviços municipalizados.

➤ O Município não detém participações em empresas municipais.



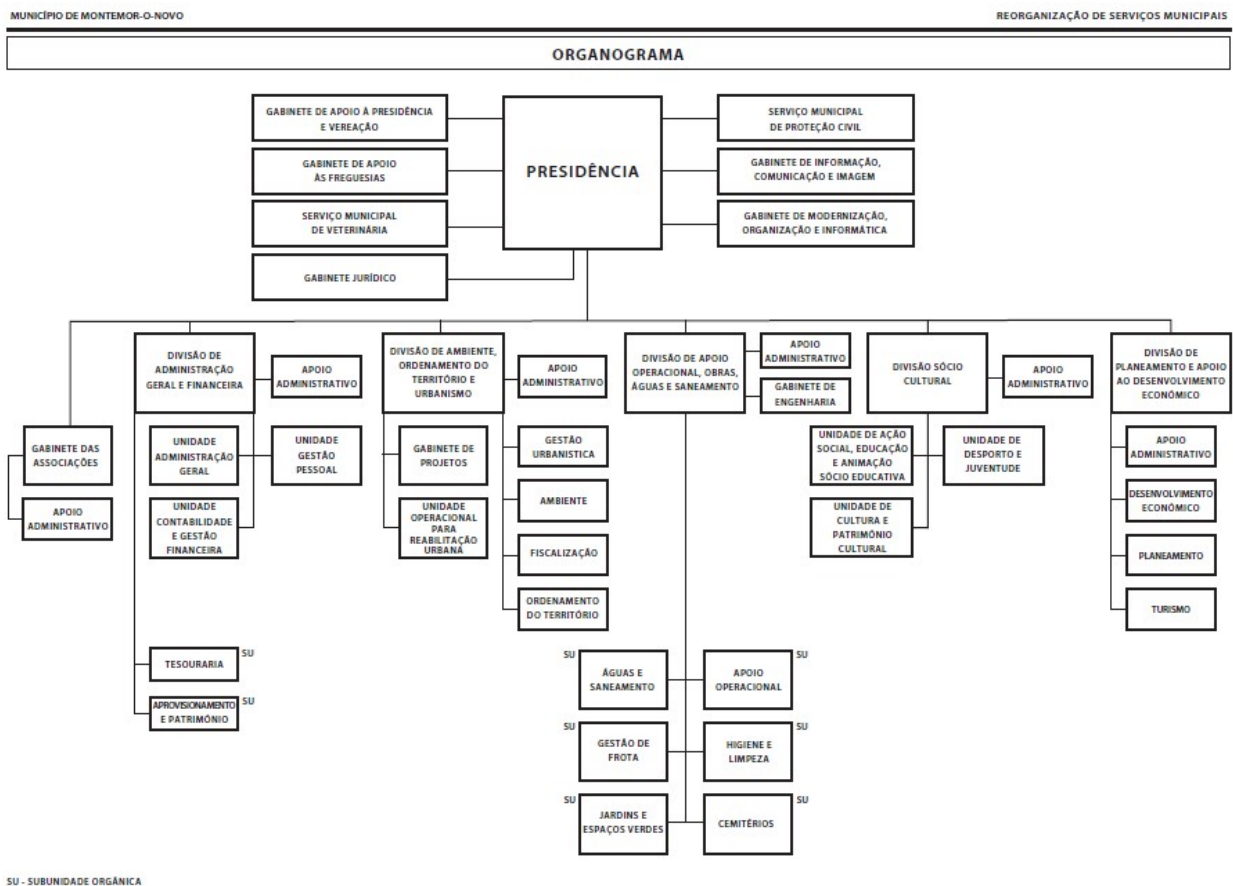
### 1.3 - Estrutura organizacional efetiva

A Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Montemor-o-Novo foi aprovada nos termos do artigo 25º da Lei nº 49/2012 de 29 de agosto tendo sido publicada nos Diários da República II série n.ºs 20, 21 e 22 respetivamente de 29 e 30 de janeiro e 2 fevereiro, todos do ano de 2015.

Mantém-se o cumprimento do Regulamento do Sistema de Controlo Interno, aprovado a 9 de outubro de 2002, o qual se depara com a prossecução dos reajustes necessários para corresponder às contínuas necessidades decorrentes do quadro legislativo e da normal atividade municipal.

Entrou em vigor no decorrer do ano 2019 o novo Regulamento de Organização de Serviços do Município de Montemor-o-Novo, no Diário da República II série nº 105 pelo Despacho nº 5378/2019 de 31 de maio. Na mesma data e DR foi ainda atualizado o Modelo de Estrutura Orgânica e Número Máximo de Unidades Orgânicas Flexíveis a aplicar no Município, despacho nº 5377/2019.

Os despachos mencionados fazem parte integrante dos anexos ao relatório, no entanto destacamos o organograma atual:



#### **1.4 - Descrição sumária das atividades**

No exercício de 2019 preservam-se os objetivos propostos para o mandato 2017/2021 sendo sustentados por cada uma das atividades desenvolvidas.

##### **Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)**

Foram inscritos no PPI 181 projetos/ações, totalizando uma dotação corrigida de investimento municipal em 2019 de 10.979.231,43 euros. A execução demarcou-se em 4.749.777,18 euros, ou seja, numa taxa de execução de 43,26%.

No ponto 3.9 do presente relatório encontram-se pormenorizados os valores concretizados nestas atividades.

##### **Execução do Plano de Atividades (PA)**

No PA podem ser acompanhados os 291 projetos/ações para de 2019, com uma dotação corrigida de 433.740,17 euros, e a taxa de execução apresentada foi de 95,32% correspondente a 413.437,57 euros.

No ponto 3.9 do presente relatório encontram-se pormenorizados os valores concretizados nestas atividades.

Em 2019, para as juntas de freguesia, ocorreu um valor transferido de cerca de 292.486,88 euros, montante que corresponde a cerca de 1,95% do total da despesa corrente realizada.

Confirma-se a crescente importância conferida no apoio ao movimento associativo do concelho e isso refletiu-se no montante das transferências correntes ocorridas em cerca de 1.174.641,18 euros.

Ainda no que se refere aos pagamentos a fornecedores continuamos a considera-los de grande relevância na execução orçamental e confirmamos a manutenção desde 2014 do Mapa dos Pagamentos em Atraso, (LCPA) com valor zero (0).



## 1.5 – Gestão de Pessoal

### 1.5.1. Estrutura

Tendo por base os dados do balanço social, a 31 de dezembro de 2019, o total de trabalhadores era de 363, sendo a sua quase totalidade (95%, ou 98,3%, considerando que os 12 dos 13 Dirigentes Intermédios em Comissão de Serviço, fazem parte do Mapa de Pessoal do Município) era pessoal com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Dos restantes, um trabalhador encontrava-se com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo e quatro trabalhadores nomeados em cargos afetos ao Gabinete de Apoio à Presidente e Vereação e ao Gabinete de Apoio às Freguesias.

Tal como no ano anterior, no ano de 2019, o Município de Montemor-o-Novo não recebeu qualquer trabalhador em situação de mobilidade, tendo sim assentido na cedência de um Assistente Técnico e um Assistente Operacional a outros organismos da Administração Pública.

Em resumo, o mapa de pessoal do Município de Montemor-o-Novo, a 31 de dezembro de 2019 encontrava-se preenchido com pessoal em funções de acordo com o seguinte quadro:

	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total
Comissão de Serviço	13						13
CTFP por termo indeterminado		55	72	214	4		345
CTFP a termo resolutivo certo				1			1
CTFP a termo resolutivo incerto							0
Outra						4	4
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>55</b>	<b>72</b>	<b>215</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>363</b>

### 1.5.2. Evolução do número de trabalhadores por tipo de vínculo

Ainda que de forma ligeira, em 2019 verificou-se um decréscimo de trabalhadores.

As saídas deveram-se sobretudo a aposentações, num total de 11. Houve um trabalhador que denunciou o contrato de trabalho que detinha por tempo indeterminado e ocorreu também o falecimento de um trabalhador, ao que se acresce as saídas por mobilidade para outros organismos já mencionadas acima.

Quanto a entradas, as novas contratações somaram um total de 11, compensando assim em igual número o total das aposentações.

Dos restantes motivos de entradas e saídas resultou o decréscimo global de 4 trabalhadores em relação ao ano anterior.

A evolução acima descrita encontra-se refletida na tabela abaixo:

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Comissão de Serviço</b>	4*	4	4	4	13
<b>CTFP por termo indeterminado</b>	328	323	324	358	345
<b>CTFP a termo resolutivo Certo</b>	4	2	2	1	1
<b>CTFP a termo resolutivo incerto</b>	0	0	0	0	0
<b>Outra</b>	2	2	3	4	4
<b>Total</b>	<b>338</b>	<b>331</b>	<b>333</b>	<b>367</b>	<b>363</b>

\* em 2015, os dirigentes intermédios foram contabilizados no seu lugar de origem, com CTFP por tempo indeterminado e não no seu vínculo de Comissão de Serviço.

### 1.5.3. Média de Idades e distribuição por género

A média de idades dos trabalhadores é de 49 anos e 7 meses, ligeiramente acima do ano anterior.

A média de idades dos homens é ligeiramente acima da média geral, perto dos 51 anos, sendo a média de idades das mulheres de cerca de 47 anos e 8 meses.

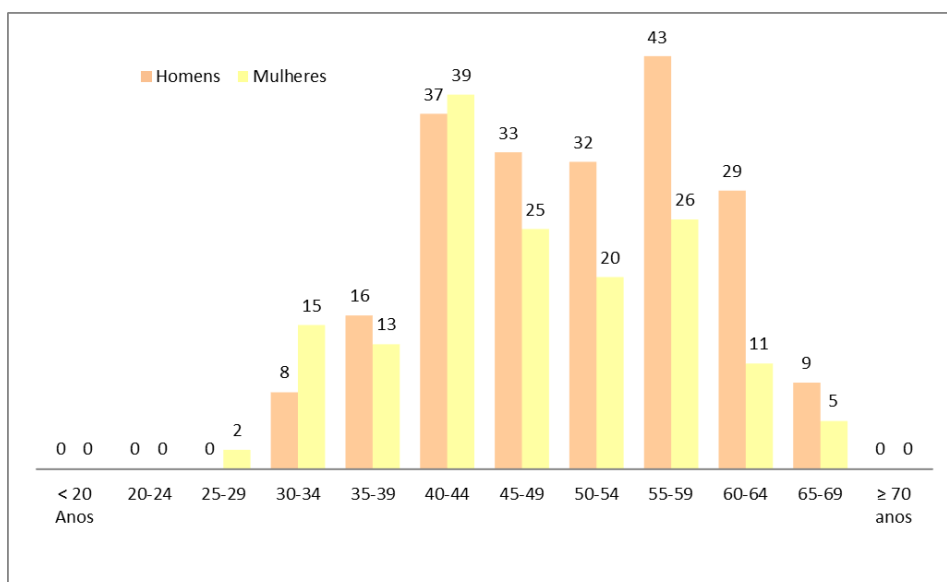
A distribuição por género tem-se mantido constante, com as mulheres a representarem, nos últimos anos, aproximadamente 40 a 43% do total dos trabalhadores.

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Homens</b>	199	193	194	207	207
<b>Mulheres</b>	139	138	139	160	156
<b>Total</b>	<b>338</b>	<b>331</b>	<b>333</b>	<b>367</b>	<b>363</b>

No final do ano de 2019, apenas dois trabalhadores tinham idade inferior a 30 anos, existindo um grupo de 23 trabalhadores com idade compreendida entre os 30 e os 34 anos, e um outro grupo de 14 trabalhadores com idade compreendida entre os 65 e os 69 anos.

Desta forma, cerca de 89% dos trabalhadores possuem idades compreendidas entre os 35 e os 64 anos, sendo assim um valor mais reduzido que o do ano anterior, nomeadamente derivado ao aumento do número de trabalhadores com idade igual ou superior a 65 anos.

Continuam assim a existir dois grupos que se destacam ligeiramente dos demais, em número de trabalhadores que os integram, sendo eles os mesmos do ano anterior, os trabalhadores com idades compreendidas entre os 40 e os 44 anos (21%), e entre os 55 e os 59 anos (17%).

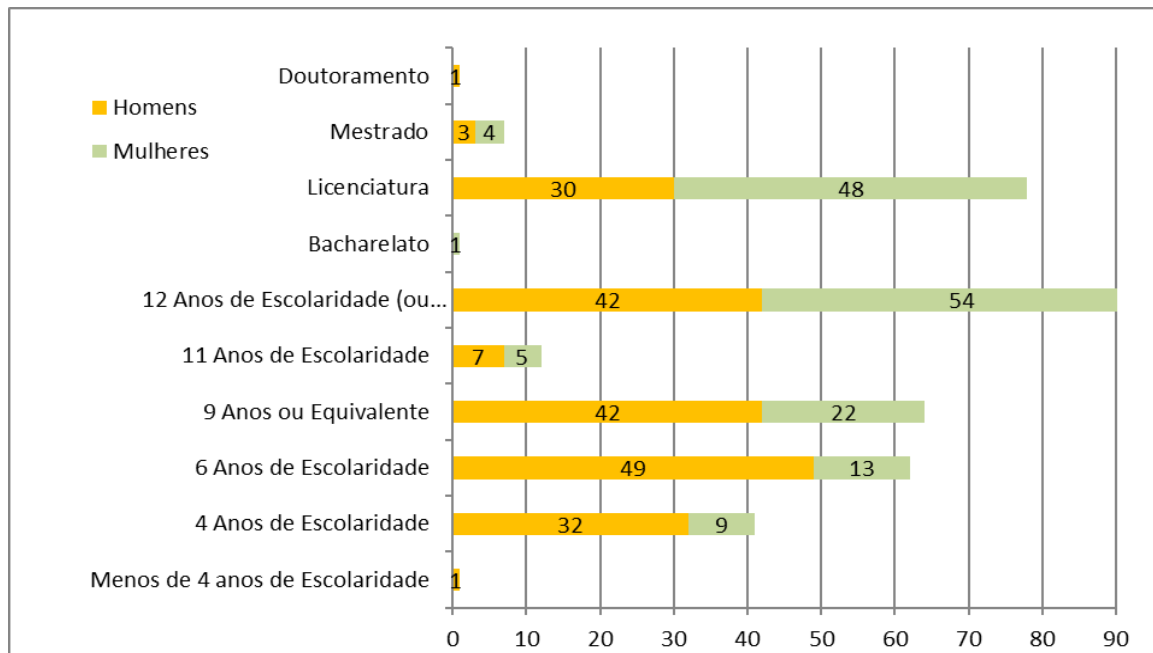


Uma análise em termos de carreiras, constante do quadro seguinte, permite verificar que ao nível dos técnicos superiores cerca de 64% se encontram nas faixas etárias entre os 35 e os 49 anos. Já nos assistentes técnicos, destaca-se um grupo de cerca de 28% dos trabalhadores que se encontra nas idades compreendidas entre os 55 e os 59 anos. Relativamente aos assistentes operacionais, existe alguma homogeneidade nos escalões entre os 40 e os 64 anos, concentrando aqui cerca de 85% dos trabalhadores, tendo o limite inferior deste grupo aumentado face ao ano anterior.

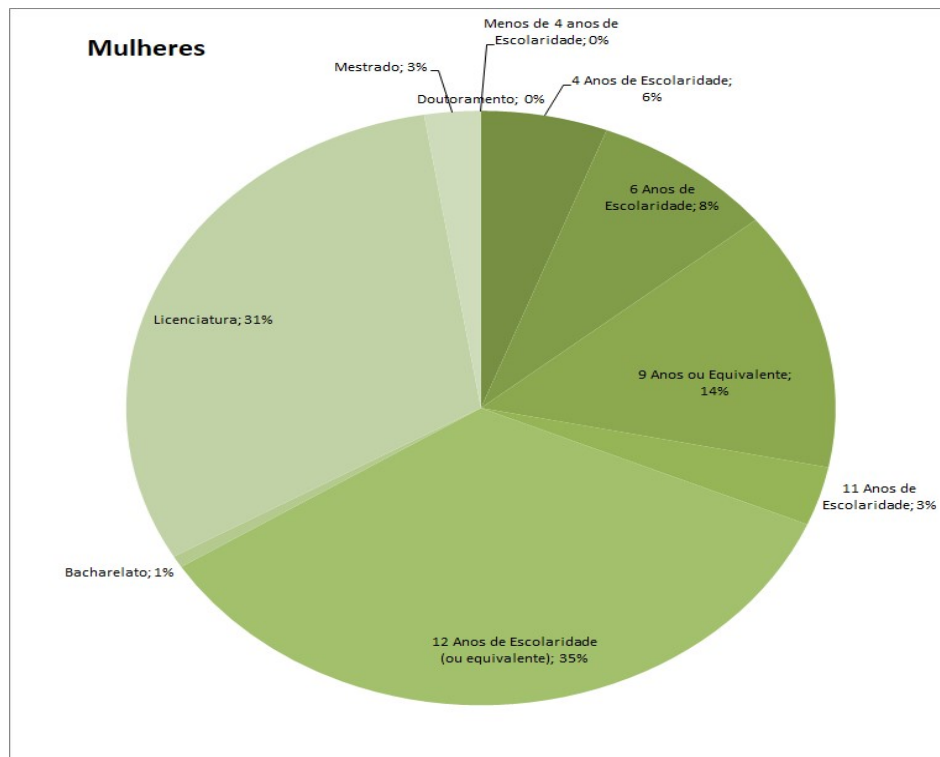
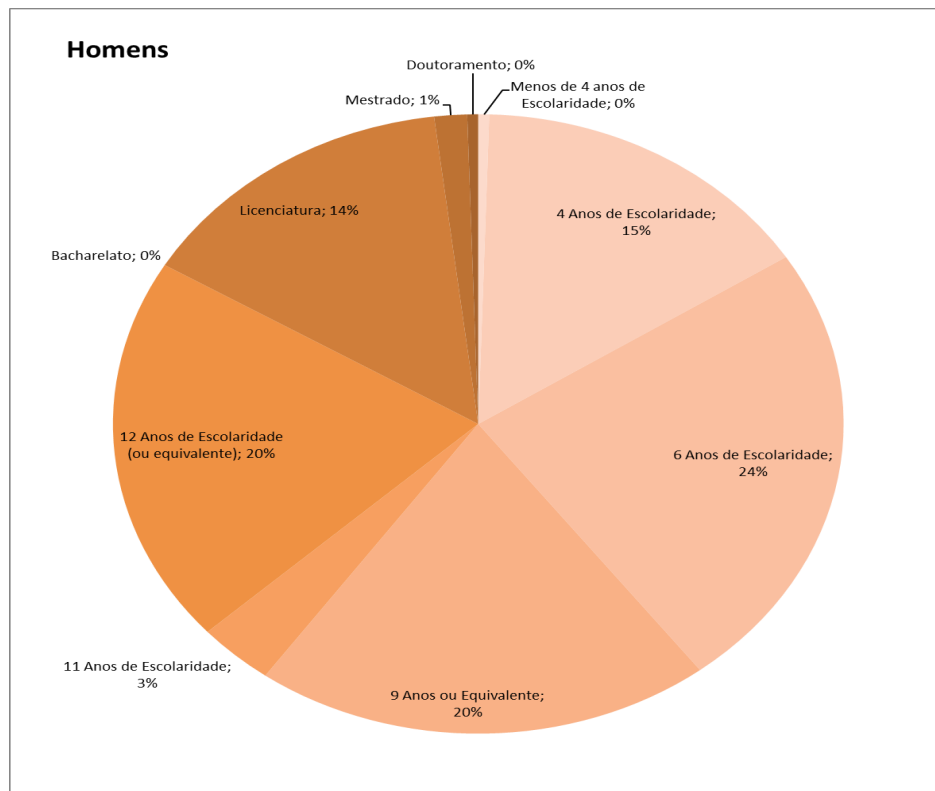
	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total
<b>Menos de 20 Anos</b>	0	0	0	0	0	0	0
<b>20-24</b>	0	0	0	0	0	0	0
<b>25-29</b>	0	1	0	1	0	0	2
<b>30-34</b>	0	4	4	14	0	1	23
<b>35-39</b>	2	6	12	8	0	1	29
<b>40-44</b>	4	19	14	38	1	0	76
<b>45-49</b>	3	10	8	34	2	1	58
<b>50-54</b>	1	2	10	38	1	0	52
<b>55-59</b>	2	8	20	39	0	0	69
<b>60-64</b>	0	3	2	34	0	1	40
<b>65-69</b>	1	2	2	9	0	0	14
<b>70 ou mais anos</b>	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>55</b>	<b>72</b>	<b>215</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>363</b>

### 1.5.4. Habilitações literárias

No que diz respeito a habilitações literárias, constata-se que cerca de 50% dos trabalhadores têm habilitações iguais ou inferiores ao 11.º ano, cerca de 26% têm habilitações ao nível do 12.º ano e aproximadamente 22% dos trabalhadores têm habilitações ao nível de curso superior. Os restantes cerca de 2% dos trabalhadores têm cursos ao nível do mestrado ou doutoramento.

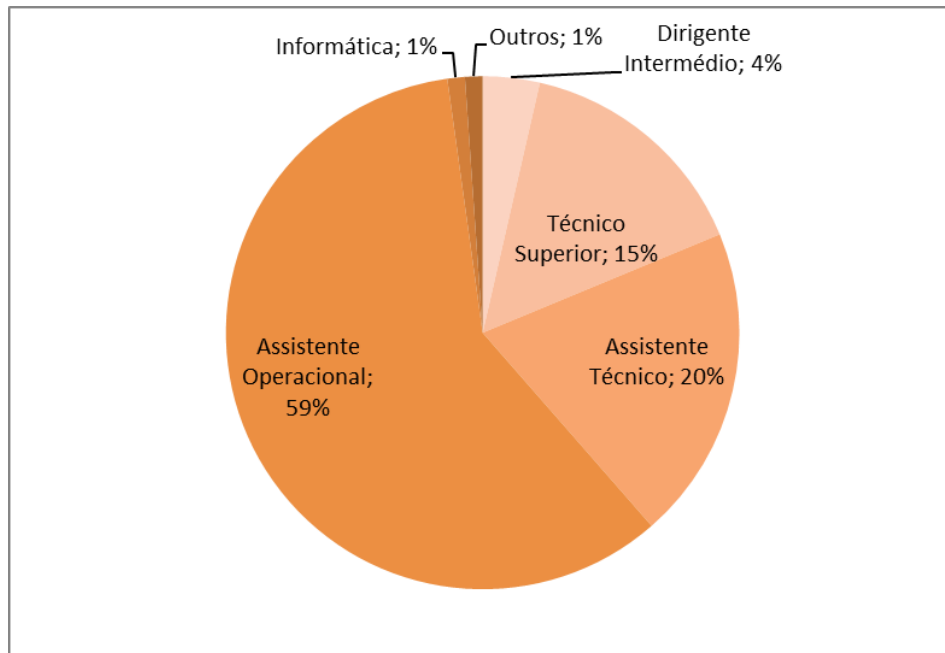


Relativamente ao género, os gráficos seguintes permitem verificar que, em proporção, as mulheres têm habilitações superiores aos homens.

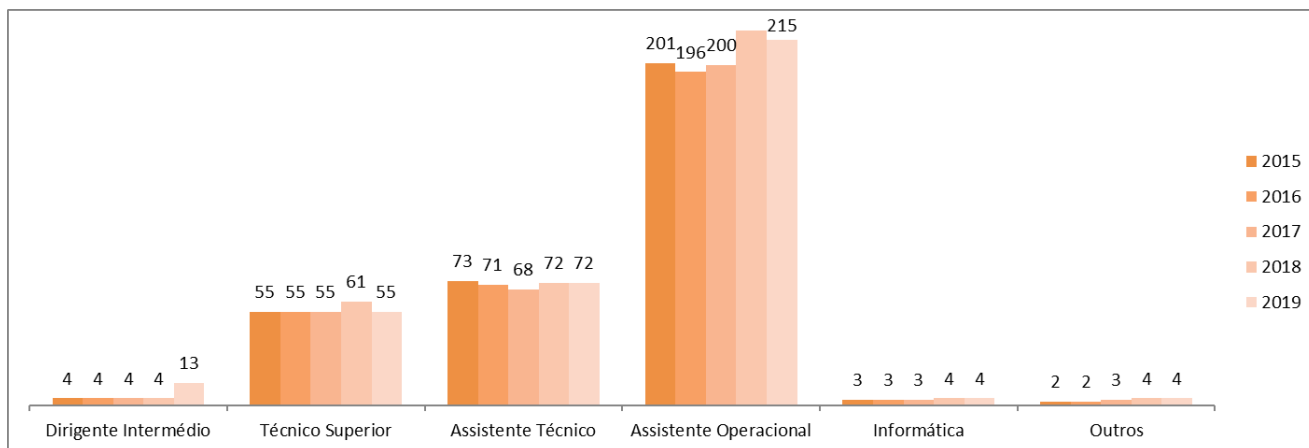


### 1.5.5. Estrutura profissional

A estrutura profissional do Município de Montemor-o-Novo é constituída predominantemente pelos três grupos das carreiras gerais da função pública: Assistente Operacional, com 59% dos trabalhadores, Assistente Técnico com 20% dos trabalhadores e Técnico Superior, com 15% dos trabalhadores.



Comparativamente com o ano anterior a distribuição dos trabalhadores pelas várias carreiras mantém-se relativamente constante, tendo a maior variação ocorrido no pessoal técnico superior, resultante da reorganização de serviços municipais, que levou ao aumento do número de dirigentes intermédios.



### **1.5.6. Formação**

Segundo o balanço social de 2019, relativamente à formação profissional, há que realçar os seguintes aspetos essenciais:

- A taxa de participação em formação profissional (número de participações em formação/total de efetivos) subiu para, aproximadamente, 29%;
- As taxas de participação em formação por grupos profissionais, mostram que a maioria das formações foram frequentadas por pessoal Técnico Superior e Assistente Operacional, com cada um destes grupos profissionais a deter aproximadamente 32% e 52%, respetivamente, das participações em formação;
- Quanto às horas de formação, verificaram-se 1770 horas de formação, o que se traduz numa taxa média de aproximadamente 5 horas de formação anual por trabalhador/a da autarquia;
- Realizaram-se 30 ações, distribuídas por diversas áreas de formação, em que participaram 104 formandos, aumentando consideravelmente o número de participantes.
- Das 30 ações realizadas, duas tiveram duração entre 30 a 59 horas, uma delas teve duração entre 30 a 119 horas, tendo as restantes uma duração inferior a 30 horas;
- Relativamente aos encargos com a formação profissional, a despesa total da autarquia, durante o ano de 2019, foi de 14.115, apresentando assim um acréscimo de 3.477 euros, face aos 10.638 euros despendidos no ano de 2018.

## 1.6 - Organização contabilística

Aplicação do POCAL – Regime Completo

*Software house* – Medidata – Pocal, Património, Recursos Humanos, Aprovisionamento, Contratação Pública, Águas, Máquinas e Viaturas, Cemitérios, Faturação Diversa, Urbanismo, Obras Municipais, SAD e Atendimento

Não existe descentralização contabilística

### Outros elementos da conta

Para a presente Prestação de Contas deu-se continuidade à observância dos princípios e regras contabilísticas previstos no POCAL, relacionados com o registo contabilístico na ótica-económico-patrimonial.

Foram aplicados os princípios inscritos no POCAL relativos à independência, anualidade e unidade, universalidade.

Os princípios orçamentais da independência, anualidade, unidade, universalidade, equilíbrio, especificação, não consignação e não compensação são continuamente adotados.

Todos os movimentos das contas da classe 12 foram identificados nas reconciliações bancárias.

De acordo com o previsto no art.º 77º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, as contas são auditadas pelo Revisor Oficial de Contas, conforme o respetivo parecer que se anexa.

O auditor externo realizou a reconciliação considerada necessária entre o Município e os seus fornecedores.

Do orçamento de 2019 transferiu-se a excedente corrente de 2.104.230,56 euros, valor documentado no Mapa de Fluxos de Caixa anexo ao presente relatório.

No cumprimento do princípio do POCAL da materialidade, o montante de reembolsos e restituições registado em 2019 foi de 37.954,59 euros, correspondentes sobretudo a IMI e IMT.

O valor dos reembolsos e restituições apresenta do lado da despesa um montante de 178.084,20 euros (classificação 06020102 do COD). A diferença entre o montante registado na receita e na despesa justifica-se principalmente com reembolsos e restituições em rubricas **sem cobrança no exercício**, nomeadamente na restituição de impostos diretos.

Manteve-se o Património registado e atualizado pelas regras do CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, utilizando as taxas de amortização aí estabelecidas.

## 1.7. Acréscimos e Diferimentos

Para a especialização do exercício foram efetuados nas contas da classe 27 os registos necessários para assegurar a contabilização de proveitos e custos.



Os acréscimos de proveitos reconhecidos no exercício de 2019 estão sintetizados no quadro seguinte, embora com documentação não vinculativa prevê-se a sua arrecadação em exercício (s) posterior (es).

### Quadro de Acréscimos e Diferimentos

**Un: Euro**

<b>ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
<b>Impostos Municipais</b>	1 490 789,64	1 480 304,22
<b>Venda Bens e Serviços / Água Dezembro 2019</b>	105 487,68	118 547,05
<b>Transferências Correntes</b>	124 521,49	95 080,14
<b>Outros Acréscimos de Proveitos</b>	289,10	131,23
<b>Total (a)</b>	<b>1 721 087,91</b>	<b>1 694 062,64</b>
<b>PROVEITOS DIFERIDOS</b>		
<b>Rendas</b>	3 910,38	4 550,66
<b>Cedência Instalações</b>	923,02	1 032,82
<b>Mercados e Feiras</b>	998,89	910,00
<b>Outros</b>	123,82	2 545,55
<b>Total (b)</b>	<b>5 956,11</b>	<b>9 039,03</b>
<b>CUSTOS DIFERIDOS</b>		
<b>Rendas</b>	350,00	350,00
<b>Total (c)</b>	<b>350,00</b>	<b>350,00</b>
<b>ACRÉSCIMOS DE CUSTOS</b>		
<b>Remunerações a liquidar</b>	700 815,31	740 913,47
<b>Juros a Liquidar</b>	225,88	182,34
<b>Tribunal de Contas</b>	125 906,91	139 263,87
<b>Outros Acréscimos de custos</b>	222 230,91	687 338,04
<b>Total (d)</b>	<b>1 049 179,01</b>	<b>1 567 697,72</b>

No que se refere aos Impostos Municipais foi nos proveitos de IMI que se verificou um diferencial mais expressivo pois a previsão de receita estimada com base na declaração modelo 13 disponibilizada pela Autoridade Tributária foi menor em cerca de 110 mil euros.

Os proveitos da venda de água do consumo de dezembro e cujo processamento apenas ocorreu em janeiro de 2020 registam um ligeiro crescimento de pouco mais de 13.000,00 euros para o exercício seguinte. O Município manteve a contratualização anual dos seguros dentro do próprio exercício 2019 o que justifica não ocorrer a necessidade de diferimento do seu custo no ano e cuja validade não existia para além de 31 de dezembro.

Quanto às Transferências Correntes e sendo que foram processadas no exercício próprio, confirma-se um decréscimo ainda que pouco significativo nos valores apresentados.

Os acréscimos de custos de 2019 foram registados de forma mais real e pela sua decomposição verifica-se que são os Outros Acréscimos os mais demonstrativos desta afirmação, quer pela identificação mais precisa de faturação de fornecimento de bens e serviços ocorrida em 2020 mas respeitantes ao exercício anterior (gás piscinas, telecomunicações, energia elétrica, ...), quer pela regularização na atribuição de subsídios ao movimento associativo local correspondentes aos anos de 2017, 2018 e 2019, e em que sendo pagos fora do exercício respetivo foram ajustados nos custos do exercício, e assim prestar uma melhoria da especialização do exercício.

Nas remunerações a liquidar, e seguindo as recomendações dos auditores, os valores de férias e subsídios de férias foram ajustados de uma forma mais coerente.

Mantém-se o crescimento no montante previsto para os emolumentos a liquidar ao Tribunal de Contas pela ausência da apreciação de Contas de Gerência, que se estima em 139.263,87 euros.

O quadro resumo abaixo destaca a especialização dos financiamentos ao investimento, e muito particularmente no exercício de 2019 com todas as retificações efetuadas pela passagem do imobilizado em curso para imobilizado firme.

No conjunto dos movimentos de especialização foram regularizados 2.062.432,26 euros na conta 59; corrigidos 51.970,08 euros na conta 74.2 por corresponderem a subvenções correntes e 388.186,41 euros na conta 79.8.3 por corresponderem à especialização do exercício.

Apesar do esforço para regularizar a especialização dos financiamentos, ainda se verifica a existência de um saldo na conta 27.4.5\*, registada no balanço que excede em 2.419.697,77 euros o saldo constante nos ativos que se encontram reconhecidos. Dado tratar-se de financiamentos com origem nos QCA I, II, III e QREN, consideramos que parte substancial deste valor deverá ser imputado a resultados transitados. Porém, esta regularização não foi efetuada, pois é espetável concluir, em 2020, o trabalho de regularização.

Un: Euro

Rubricas (27.4.5*)	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	Variação	%
Cooperação Técnica e Financeira	2 203 723,00	2 181 198,00	1 161 116,47	-1 020 081,53	61%
Centro Escolar Montemor-o-Novo	1 293 468,00	1 257 864,00	1 205 402,86	-52 461,14	3%
Centro de Acolhimento de Micro-Empresas	542 426,00	530 518,00	502 257,24	-28 260,76	2%
Requalificação Urbana da Área Rossio em Montemor-o-Novo	938 893,00	878 472,00	818 051,98	-60 420,02	4%
Remod de Arruam e Infraestruturas - Largo Banha de Andrade	222 336,00	209 984,00	197 631,77	-12 352,23	1%
Remodelação da Rua da Janelinha	660 998,00	624 276,00	587 553,90	-36 722,10	2%
Remod de Acesso ao castelo - Rua Condessa de Valença	360 987,00	341 988,00	322 986,13	-19 001,87	1%
Acesso Pedonal - Rua do Quebra costas	177 561,00	167 776,00	158 127,95	-9 648,05	1%
Plano de Sinalética	9 861,00	9 861,00	0	-9 861,00	1%

FEDER - Alentejo em Cena - Valorização, promoção, desenvolvimento do património histórico e cultural de Évora e da Região Envolvente	54 568,00	54 568,00	0	-54 568,00	3%
Outros Programas - Substituição de Veículos de serviços urbanos por veículos elétricos	78 893,00	77 877,00	54 397,30	-23 479,70	1%
Outros programas - Modernização Centros de Recolha Oficial	4 959,00	4 959,00	0	-4 959,00	0%
Pista de Atletismo	414 330,00	398 256,00	382 182,56	-16 073,44	1%
Plano Divulgação e Comunicação - Montemor Pedra a Pedra	185 404,00	185 404,00	0	-185 404,00	11%
NATURALE	34 946,00	34 946,00	0	-34 946,00	2%
Iluminação do castelo	9 443,00	8 836,00	10 922,49	2 086,49	0%
Beneficiação da Biblioteca Municipal Almeida Faria	70 452,00	68 598,00	66 744,71	-1 853,29	0%
Modernização Alentejo Central@2015 (SAMA III)	37 182,00	29 046,00	0	-29 046,00	2%
Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Montemor-o-Novo - PEDU	20 910,00	20 910,00	0	-20 910,00	1%
Sectoriação e Macromediação Sistemas Abastecimento Água MMN			18 102,96	18 102,96	-1%
Caminho Agrícola de Escardeadais - Lapas	2 316,00	2 316,00	0	-2 316,00	0%
Outras	309 710,00	309 710,00	309 709,59	-0,41	0%
Administrações Privadas	773 283,00	773 283,00	0	-773 283,00	46%
FEDER	1 666 604,00	1 697 541,00	2 403 919,12	706 378,12	-42%
Outros proveitos diferidos	5 436,00	5 956,00	0	-5 956,00	0%
<b>Total</b>	<b>10 078 689,00</b>	<b>9 874 143,00</b>	<b>8 199 107,03</b>	<b>-1 675 035,97</b>	<b>100%</b>

## 1.8 – Modificações Orçamentais

O valor das previsões iniciais deste orçamento municipal de 2019 foi de 26.134.748,00 euros, distribuídos em 17.998.804,00 euros de receitas correntes e 8.135.944,00 euros de receitas de capital. A previsão da despesa corrente totalizava 14.667.470,00 euros e 11.467.278,00 euros em despesas de capital.

Após as 41 modificações justificadas, convertidas em 3 revisões e 38 alterações orçamentais, legitimadas pela inserção do saldo da gerência anterior, pela inclusão de novos projetos/ações e classificações económicas e ainda para colmatar os ajustes necessários à gestão corrente dos valores previsionais das despesas, e finalmente para a regularização dos valores de execução dos projetos mais real, os montantes previsionais foram corrigidos para o valor final do orçamento de 27.664.023,68 euros.

Modificações Orçamentais – Receita

	DESIGNAÇÃO	Dotação Inicial		Mod. Orçamentais		Dotação Corrigida		Variação	
		€	%	Reforços	Anulações	€	%	€	%
	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>17 998 804,00</b>	<b>69%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17 998 804,00</b>	<b>65%</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>
1	IMPOSTOS DIRECTOS	3 031 000,00	12%	0,00	0,00	3 031 000,00	11%	0,00	0%
2	IMPOSTOS INDIRECTOS	54 200,00	0%	0,00	0,00	54 200,00	0%	0,00	0%
4	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	221 100,00	1%	0,00	0,00	221 100,00	1%	0,00	0%
5	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 142 000,00	4%	0,00	0,00	1 142 000,00	4%	0,00	0%
6	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10 931 004,00	42%	0,00	0,00	10 931 004,00	40%	0,00	0%
7	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2 551 500,00	10%	0,00	0,00	2 551 500,00	9%	0,00	0%
8	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	68 000,00	0%	0,00	0,00	68 000,00	0%	0,00	0%

	<b>RECEITAS CAPITAL</b>	<b>8 115 944,00</b>	31%	<b>1 260 000,00</b>	<b>-2 965 712,83</b>	<b>6 410 231,17</b>	23%	<b>-1 705 712,83</b>	<b>-112%</b>
9	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	11 000,00	0%	0,00	0,00	11 000,00	0%	0,00	0%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5 300 944,00	20%	1 260 000,00	<b>-347 476,51</b>	6 213 467,49	22%	912 523,49	60%
11	ACTIVOS FINANCEIROS	3 000,00	0%	0,00	0,00	3 000,00	0%	0,00	0%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	1 000,00	0%	0,00	0,00	1 000,00	0%	0,00	0%
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2 800 000,00	11%	0,00	<b>-2 618 236,32</b>	181 763,68	1%	<b>-2 618 236,32</b>	<b>-171%</b>
	<b>OUTRAS RECEITAS CAPITAL</b>	<b>20 000,00</b>	0%	<b>3 242 488,51</b>	<b>-7 500,00</b>	<b>3 254 988,51</b>	12%	3 234 988,51	<b>212%</b>
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	20 000,00	0%	0,00	<b>-7 500,00</b>	12 500,00	0%	<b>-7 500,00</b>	0%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00	0%	3 242 488,51	0,00	3 242 488,51	12%	3 242 488,51	212%
	<b>TOTAL</b>	<b>26 134 748,00</b>	<b>31%</b>	<b>4 502 488,51</b>	<b>-2 973 212,83</b>	<b>27 664 023,68</b>	<b>100%</b>	<b>1 529 275,68</b>	<b>6%</b>

#### Modificações Orçamentais - Despesa

	DESIGNAÇÃO	Dotação Inicial		Mod. Orçamentais		Dotação Corrigida		Variação	
		€	%	Reforços	Anulações	€	%	€	%
	<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>14 667 470,00</b>	<b>56%</b>	<b>3 874 710,05</b>	<b>-2 710 347,00</b>	<b>15 831 833,05</b>	<b>57%</b>	<b>1 164 363,05</b>	<b>76%</b>
1	DESPESAS COM O PESSOAL	8 512 800,00	33%	172 128,78	<b>-1 351 622,88</b>	7 333 305,90	62%	<b>-1 179 494,10</b>	<b>-77%</b>
2	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	4 208 730,00	16%	2 867 909,27	<b>-914 724,65</b>	6 161 914,62	52%	1 953 184,62	128%
3	JUROS E OUTROS ENCARGOS	48 930,00	0%	5 855,00	<b>-47 774,00</b>	7 011,00	0%	<b>-41 919,00</b>	<b>-3%</b>
4	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1 450 010,00	6%	633 575,00	<b>-196 940,60</b>	1 886 644,40	16%	436 634,40	29%
6	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	447 000,00	2%	195 242,00	<b>-199 284,87</b>	442 957,13	4%	<b>-4 042,87</b>	0%
	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>11 467 278,00</b>	<b>44%</b>	<b>5 693 794,91</b>	<b>-5 328 882,28</b>	<b>11 832 190,63</b>	<b>100%</b>	364 912,63	24%
7	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	9 610 731,00	37%	5 521 924,91	<b>-4 860 417,19</b>	10 272 238,72	87%	661 507,72	43%
8	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1 543 433,00	6%	171 870,00	<b>-451 585,78</b>	1 263 717,22	11%	<b>-279 715,78</b>	<b>-18%</b>
9	ACTIVOS FINANCEIROS	61 414,00	0%	0,00	0,00	61 414,00	1%	0,00	0%
10	PASSIVOS FINANCEIROS	251 500,00	1%	0,00	<b>-16 679,31</b>	234 820,69	2%	<b>-16 679,31</b>	<b>-1%</b>
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	200,00	0%	0,00	<b>-200,00</b>	0,00	0%	<b>-200,00</b>	0%
	<b>TOTAL</b>	<b>26 134 748,00</b>	<b>44%</b>	<b>9 568 504,96</b>	<b>-8 039 229,28</b>	<b>27 664 023,68</b>	<b>100%</b>	<b>1 529 275,68</b>	<b>6%</b>

### 1.9 - Outras informações relevantes

A implementação do novo sistema contabilístico **SNC-AP** - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas terá finalmente a sua concretização a partir do ano 2020 após os sucessivos adiamentos.

Durante o exercício de 2019 foi desenvolvida a necessária preparação ao nível da equivalência de planos e de apuramento e conferência de saldos, trabalho que permitiu a entrada em SNC-AP, em 2020, com relativa normalidade.

Será já no exercício de 2020, e após o encerramento da conta do atual exercício que se procederá à segunda fase do processo de transição. Fase que incidirá com particular incidência na avaliação das condições de reconhecimento e mensuração dos Ativos Fixos.

### **Acontecimentos relevantes após a data de relato**

Devemos realçar o nível de insegurança que surgiu em Portugal no decorrer do 1º trimestre e que se fará refletir durante a execução financeira de 2020: a situação epidemiológica da propagação da Pandemia a nível Mundial do **COVID-19** / Coronavírus.

Esta situação impeliu o governo na determinação de Estado de Emergência com diversas medidas extraordinárias nunca antes observadas, que foi renovado por mais que uma vez.

A nível local, mais concretamente no Município de Montemor-o-Novo, fomos impelidos a efetuar a redistribuição dos valores aprovados no orçamento municipal, e reavaliar as prioridades para que não fosse sentida a intensidade desta catástrofe.

Considerando a “liberalização” de legislação, em diversas áreas da sociedade, e em concreto na financeira no cálculo de fundos disponíveis, do endividamento, dos pagamentos em atraso, e tantas outras situações que afetam as entidades públicas, como na capacidade de liquidez da sua tesouraria, estas tiveram que se reajustar por forma a declararem o seu contributo no círculo da economia local possibilitando que permaneça ativa.

Certifica-se esta situação com a atribuição de apoios extraordinários a instituições de apoio social (bombeiros, IPSS, outras associações), na criação de Fundos de Emergência, com a finalidade uma proteção civil mais robusta, bem como no alargamento da data limite de para o pagamento de faturação das principais receitas municipais sem a aplicação de juros de mora (água, saneamento e resíduos). Também o próprio atendimento presencial aos munícipes e o acesso aos serviços foi inicialmente limitado e posteriormente impedido. No entanto, em nenhum momento foi colocado em dúvida a prestação de serviços de necessidades básicas no concelho (limpeza urbana, assistência social, entre outros).

O impacto, ainda não plenamente conhecido em termos financeiros, diretamente associado ao efeito COVID, estima-se, neste momento em mais de 110.000,00 euros ao nível de despesas inicialmente não previstas, em apoios atribuídos a instituições de 30.000,00 euros, e ainda não calculada a previsível redução da receita.

Relativamente à atividade municipal, encontram-se comprometidas, adiadas, ou simplesmente anuladas atividades de cultura de grande relevância para o concelho como: a Marcha da Saúde, a Expo Saúde. a Feira do Pão e Doçaria, a Festa dos Contos, o Festival Internacional de Marionetas, o Encontro Internacional de Aquarelas, o Ciclo da Primavera, o Festival Contra Corrente, também o cancelamento de apresentação de filmes na sala de cinema no Cine Teatro Curvo Semedo, bem como o normal funcionamento das piscinas de inverno, a previsão do funcionamento da piscina no verão, a suspensão de aulas de ballet, entre muitas outras atividades que se desenvolvem geralmente.

Quanto aos serviços municipais, sem nunca ter colocado em crise o funcionamento de serviços essenciais, o período de confinamento exigiu medidas de reorganização, com destaque para o trabalho por turnos, pelo recurso ao teletrabalho, com salvaguarda de todos os direitos dos trabalhadores, nomeadamente no apoio à família.

## **2 - Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados**

### **2.1 - Derrogações**

Não se registou qualquer derrogação verificando-se a consistência com os exercícios anteriores e correspondendo o balanço e as demonstrações de resultados à situação real do ativo, do passivo e dos resultados do Município de Montemor-o-Novo.

Planeia-se e estão em preparação todas as diligências para que possa ser implementada a contabilidade de custos no próximo ano.

### **2.2 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior**

Os resultados são comparáveis com o exercício anterior, já que as alterações extraordinárias e de significado foram registadas na conta 59, conforme discriminação apresentada na nota à conta.

Face às múltiplas correções ocorridas nos de bens do imobilizado que não se encontravam reconhecidos, fundamentalmente por não terem sido adequadamente registados na anterior aplicação de património a conta 59 foi movimentada a crédito no montante de 3.404.291,70 € por contrapartida de contas da 42 e 45 e foi movimentada a débito em 1.775.337,03 € por contrapartida de contas da 48.2 e 48.5.

A conta 59 foi ainda movimentada a crédito em 2.062.432,26 € pelo reconhecimento da especialização de financiamentos, conforme já descrito no ponto 1.7.

Por correções à conta 27.1 procede-se a débitos da conta 59 no montante de 176.063,20 € e a crédito em 257.303,36 € por correções +a conta 27.3

Na correção à imputação de subsídios atribuídos em exercícios anteriores a conta 59 foi debitada no montante de 121,644,36 € por crédito da conta 63.1.

Para corrigir proveitos da conta 72 foi debitado na conta 59 o montante de 15.943,57 €

Finalmente a conta 59 foi debitada pela transição do resultado líquido de 2018.

### **2.3 – Critérios valorimétricos utilizados**

As valorizações foram efetuadas ao preço de custo, tendo por suporte as faturas ou documentos equivalentes.

De igual modo a regularização da incorporação dos bens do imobilizado foi efetuada ao preço de custo, tendo, para o efeito, sido recuperados do arquivo os respetivos autos de empreitada.

As existências encontram-se valorizadas ao preço médio ponderado.

Não foram valorizados os trabalhos para a própria entidade que eventualmente tenham acrescido vida útil aos bens do imobilizado, pelo que todos os custos da administração direta foram considerados como custos do exercício. Esta não valorização resulta da manutenção da inexistência de contabilidade de custos, o que impossibilita a imputação de mão-de-obra e de máquinas a cada bem intervencionado.

## **2.4 – Cotações de resultados originariamente expressos em moeda estrangeira**

Não se aplica.

## **2.5 - Situações em que o resultado do exercício foi afetado**

O resultado líquido do exercício não se encontra afectado por operações extraordinárias, dado o modo como foram efetuadas as regularizações atrás mencionadas. Contudo face à variação do ativo, cujo crescimento se encontra influenciado por estas operações o resultado líquido regista um crescimento negativo como resultado na variação das amortizações do exercício que, embora se mantenha com um valor de 3,2 M milhões de € refletem a referida regularização. De modo mais significativo os resultados do exercício encontram-se influenciados pelo custo reconhecido em provisões que ascendeu a 460 mil euros.

Por valorimetrias diferentes – não se aplica

Por amortizações do ativo imobilizado, superiores às adequadas – não se aplica

No exercício de 2018 foram abatidos artigos obsoletos, situação que permite uma imagem mais verdadeira do valor real das existências.

## **2.6 - Comentário às contas**

Os valores constantes na conta 43 dizem respeito a projetos cuja discriminação se encontre nos mapas anexos às demonstrações financeiras. No conjunto de 12 projetos reconhecidos nesta conta existe 3 bens (25801, 26796 e 26797), com um ativo bruto de 97.170,00 euros que se encontram totalmente amortizados e que não foram objeto de abate no exercício.

## **2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões**

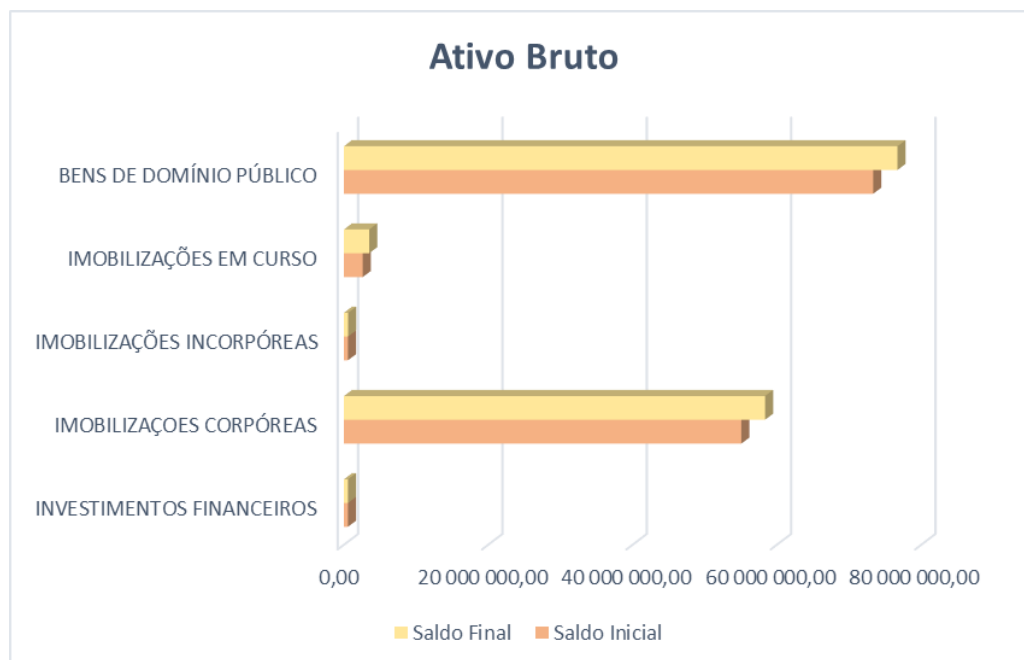
Para além dos normais movimentos de aumentos, alienações, que se encontram devidamente registados e reconhecidos nas respetivas contas, durante o exercício procedeu-se a uma significativa correção por transferências e abates ao ativo imobilizado, seja pela passagem de imobilizações em curso cuja conclusão havia ocorrido em períodos anteriores, seja pela integração no ativo de investimentos efetuados antes de 2013 (data em que a contabilidade se encontrava suportada pela anterior aplicação) e que não constavam do balanço. O trabalho desenvolvido permitiu ainda corrigir muitos dos financiamentos ao investimento que não se encontravam associados aos bens e sobre os quais não se procedia à respetiva especialização.

Conforme já referido, as correções que conduziram ao reconhecimento de ativos que não constavam nas demonstrações financeiras, produziram um acréscimo no ativo líquido de 1.628.954,67 €. Quanto ao valor reconhecido nas contas 44, persiste o projeto relativo ao loteamento em Casas Novas, no valor de 40.710,13€, cuja transferência não se concretizou por se encontrar por apurar a desagregação do investimento.

Un: Euro

ATIVO BRUTO	Rúbricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências / Abates	Saldo Final
<b>41</b>	<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>	<b>552 727,00</b>					<b>552 727,00</b>
412	Obrigações e títulos de participação	552 727,00					552 727,00
<b>42</b>	<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>	<b>55 063 985,84</b>					<b>58 361 414,31</b>
421	Terrenos e recursos naturais	14 756 430,49		123 870,89			14 880 301,38
422	Edifícios e outras construções	31 085 238,09		2 641 100,21			33 726 338,30
423	Equipamento básico	3 038 715,76		354 001,18	12 540,81		3 380 176,13
424	Equipamento transporte	2 897 515,17		214 713,86	26 866,10		3 085 362,93
425	Ferramentas e utensílios	231 628,42		11 097,41			242 725,83
426	Equipamento administrativo	2 887 339,89		154 740,91	185 107,75		2 856 973,05
427	Taras e vasilhame	0,00					0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	167 118,02		22 418,67			189 536,69
<b>43</b>	<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>	<b>556 071,58</b>					<b>570 596,50</b>
431	Despesas de instalação	97 170,00					97 170,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	77 451,28		25 424,10			102 875,38
433	Propriedade industrial e outros direitos	381 450,30			10 899,18		370 551,12
439	Outras Imobilizações incorpóreas	0,00					0,00
<b>44</b>	<b>IMOBILIZAÇÕES EM CURSO</b>	<b>2 608 285,73</b>					<b>3 505 627,05</b>
442	Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	514 915,03		56 831,74		561 174,92	10 571,85
443	Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas	346 068,63		106 971,26		92 133,15	360 906,74
445	Imobilizações em curso de bens do domínio público	1 747 302,07		3 423 411,99		2 036 565,60	3 134 148,46
<b>45</b>	<b>BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO</b>	<b>73 345 584,30</b>					<b>76 700 255,15</b>
451	Terrenos e recursos naturais	138 888,56					138 888,56
453	Outras construções e infra-estruturas	73 140 346,61		3 354 670,85			76 495 017,46
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	66 349,13					66 349,13
	<b>Total</b>	<b>132 126 654,45</b>	<b>0,00</b>	<b>10 489 253,07</b>	<b>235 413,84</b>	<b>2 689 873,67</b>	<b>139 690 620,01</b>





## 2.8 - Descrição do ativo imobilizado

### Amortizações do exercício e acumuladas

Na continuação da reconciliação do património com a contabilidade, no quadro abaixo pode-se verificar que para além das amortizações do exercício foram ainda efetuadas correções a exercícios anteriores já mencionadas em notas anteriores.

Un: Euro

	RÚBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
48	<b>Amortizações</b>				
482	Imobilizações corpóreas	21 389 684,60	1 805 143,20	220 200,62	22 974 627,18
483	Imobilizações incorpóreas	481 100,62	37 323,12	10 899,18	507 524,56
485	Bens de domínio publico	63 706 701,48	3 218 042,30	0,00	66 924 743,78
49	<b>Provisões</b>				0,00
	Investimentos financeiros	0,00			0,00
	<b>TOTAL</b>	<b>85 577 486,70</b>	<b>5 060 508,62</b>	<b>231 099,80</b>	<b>90 406 895,52</b>

## 2.9 - Custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, e que tenham sido capitalizados nesse período.

O montante em dívida de empréstimos de médio e longo prazo reconhecidos na conta 23, ascendem no final de 2019 a 707.156 euros, dos quais foram reconhecidos como curto prazo o valor de 234.821 euros por corresponder ao montante a amortizar nos próximos 12 meses.

Os juros pagos relativos a estes empréstimos ascenderam a 4.754,37 euros.

Durante o exercício não foi utilizado qualquer montante de empréstimos, encontrando-se em fase de obtenção de visto um empréstimo no montante de 1.195.614,00 euros destinado a financiar os investimentos em curso nomeadamente do Parque Escolar.

A amortização média dos empréstimos é de 201.765 euros.

Un: Euro

Nº Contrato	Prazo do Contrato (anos)	Anos remanescentes	Visto do TC	Capital		Dívida no final do Período 31/12/2019	Dívida no final do Período 31/12/2013	Amortização dos empréstimos
			Data	Contratado	Utilizado			
9015004428291	15	8	13/10/2005	850 000	850 000	69 982	487 465	60 933
9015005064991	15	9	07/12/2006	1 300 000	1 300 000	206 679	824 699	91 633
9015008222291	10		16/12/2016	1 251 008	491 995	430 495		49 199
<b>Total</b>				<b>3 401 008</b>	<b>2 641 995</b>	<b>707 156</b>		<b>201 765</b>

Nota: A 9ª modificação ao orçamento de 2019 consistiu na revisão aos documentos previsionais para introdução do saldo de gerência, no montante de 3.242.488,51 €. Deste valor foram afetos ao reforço de despesas correntes 1.079.488,51 €, valor que nos termos do nº 5 do artigo 40.º do REFALEI este valor releva para efeitos de apuramento do equilíbrio orçamental.

Equilíbrio Orçamental	
Receita Corrente Bruta Cobrada	17 256 183
Despesa Corrente Paga	14 963 225
Excedente corrente	2 292 958
Afetação do saldo de gerência a despesas correntes	1 079 489
Saldo corrente após integração do saldo de gerência	3 372 447
Amortizações Empréstimos MLP	201 765
<b>Excedente no Equilíbrio Corrente</b>	<b>3 170 682</b>

## 2.10 – Diplomas legais nos termos em que se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado

Não se procedeu a qualquer reavaliação do imobilizado.

## 2.11 - Quadro discriminativo das reavaliações

Não aplicável.

## 2.12 - Imobilizações corpóreas e em curso

O valor final apurado em 2019 para as imobilizações em curso foi de 3.505.627,05 euros, sendo que o crescimento registado ascendeu a 890.548,34 euros relativamente ao ano anterior

Efetivou-se a regularização final de diversas obras para o imobilizado firme após a averiguação da sua conclusão efetiva, e ainda assim o peso das obras integradas no PEDU têm um peso considerável nas contas 44.

DESIGNAÇÃO	DEVEDOR
IMOB CURSO - CEMITÉRIO COURELA PEDREIRA - PROJETO CREMATÓRIO	10 571,85 €
Despesas de investigação e desenvolvimento	360 906,74 €
Terreiro do Castelo - Sondagens Arqueol.	19 003,50 €
EXECUÇÃO INFRAESTRUTURAS URBANIZAÇÃO INSTALAÇÕES MUNICIPAIS DA ADUA	321 166,08 €
BENEFICIAÇÃO LANÇO DA EM 530 ENTRE PITAMARIÇA E ALTO DA MATA	745 245,57 €
LOTEAMENTO DE CASAS NOVAS EM S. BRISSOS	40 710,13 €
ARRUAMENTOS E OUTRAS INFRAESTRUTURAS EM FOROS VALE FIGUEIRA	356 218,01 €
REABILITAÇÃO MERCADO MUNICIPAL	499 277,70 €
QUALIFIC R AVIZ,R ESCADINHAS,R OLIVENÇA,R SMIGUEL,R CALVÁRIO E MURO JARDIM	439 639,52 €
REQUAL ESP PUB AMB URB RTEÓFILO BRAGA LARGOS PRAÇAS CENTRO HIST	6 137,70 €
REMODO ENVOLVENTE MERCADO MUNICIPAL E TROÇO SUDOESTE RUA COMANDANTE FRAGOSO	101 214,04 €
REQUAL ESPAÇOS EXTERIORES, ACESSOS E TERREIROS CASTELO	97 837,90 €
REMODEL AMPLIAÇÃO EB/JI ESCOURAL	12 266,60 €
RENOV INFRAEST E PAVIMENTOS R CAVALOS	60 386,36 €
PAVIMENTAÇÕES EM FOROS VALE FIGUEIRA	82 534,03 €
CONSOLIDAÇÃO REFORÇO FUNDAÇÕES ESTRUTURAS CONVENTO SAUDAÇÃO	352 511,32 €
	3 505 627,05 €

## 2.13 - Bens utilizados em regime de locação financeira

Em 2019 conclui-se o processo de locação financeira da viatura pesada de RSU e não foram adquiridos novos bens neste regime.

## 2.14 - Bens do imobilizado

Para além das peças de arte integradas no património municipal, encontram-se por valorizar alguns bens móveis e máquinas de pequeno valor integradas no inventário inicial, bem como os terrenos cedidos em direito de superfície e os terrenos do domínio público nomeadamente afetos a ruas, praças e vias.

Na sua esmagadora maioria os terrenos abaixo identificados correspondem a terrenos cedidos em direito de superfície por 90 anos para fins habitacionais, cuja identificação se encontra nos mapas anexos Às demonstrações financeiras.

## 2.15 - Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização

Para além dos elementos atrás descritos, não estão amortizados os bens não sujeitos a amortização, terrenos e bens do património histórico.

## 2.16 - Entidades participadas

### Entidades Societárias

Não existem

### Entidades não Societárias

As participações do Município em outras entidades são:

Un: Euro

Entidades	NPC	CD Jurídico	CAE	Contribuição Anual	Data constituição
Associação Nacional dos Municípios Portugueses	501627413	AM	94110	4.930,00	30-03-1985
Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	502131047	AMFE	91333		22-07-1988
Associação de Municípios Gestão Pública Água do Alentejo	509693342	AM	36001		25-09-2009
Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	509364390	AM	84113	133.701,84	03-08-2008
Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508038430	AM	94110		30/04/2007

## 2.17 - «Títulos negociáveis» e «Outras aplicações de tesouraria»

Não existem.

## 2.18 - Discriminação da conta «Outras aplicações financeiras», com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores de balanço.

Não existem.

## 2.19 - Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

No ativo circulante as existências encontram-se calculadas ao preço médio originado pela entrada a preços de mercado, tendo sido provisionadas existências com mais de 24 meses sem rotação, não existindo qualquer materialidade relevante entre os valores de balanço e os valores de mercado.

Para um valor de 237.613,39 € reconhecidos no balanço foi criada uma provisão de 75.951,68 €.

## 2.20 - Atribuição de valor inferior - Ativo circulante

No ativo circulante relativo a dívidas de terceiros corresponde aos valores de dívida reconhecida, existindo provisões para a dívida com atraso de cobrança superior a 6 meses.

Para além dos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras existe ainda o montante de 208.360, euros relativos a impostos indiretos que, nos termos do número 2 do Artigo 17.º do Decreto-Lei nº

127/2012, de 21 de junho, a Autoridade Tributária e Aduaneira divulgou como valor dos recebimentos em atraso, existentes em 31 de dezembro.

**Descrição**

Está disponível, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, os valores dos recebimentos em atraso.

Nos termos do número 2 do Artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, deve a Autoridade Tributária e Aduaneira informar as autarquias locais, do valor dos recebimentos em atraso, existentes em 31 de Dezembro do ano anterior, referentes às respectivas receitas fiscais.

Estes valores poderão ser declarados de forma agregada se cumprirem as regras estipuladas no número 1 do mesmo Artigo. Caso contrário apresenta-se a identificação da dívida. Os valores são referentes a 31/12/2019.

Tendo-se em conta o referido acima:

Ano	Imposto	Número da Nota de Cobrança (DUC)	Pagamentos e Recebimentos em Atraso (Quantia Exequenda) *
2019	IMI	Valores Agregados **	89.468,02
2019	IMT	Valores Agregados **	22.230,80
2019	IUC	Valores Agregados **	95.660,79

N.º de Resultados: 3

\* Os valores de CA e SISA indicados não contemplam eventuais valores em débito que o Município tenha em conta corrente com o Estado no âmbito dos Tributos referidos.

\*\* Nos termos do N.º 1 do Artigo 17.º, Decreto-Lei n.º 127/2012.

**2.21 - Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.**

Não aplicável

**2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros**

As dívidas de clientes e utentes com atraso superior a 6 meses foram provisionadas nos termos previstos no POCAL. Foi ainda provisionada como a dívida em atraso relativos à conta 28 (subsídios reembolsáveis concedidos) e ainda o valor relativo à situação ocorrida na tesouraria.

Un: Euro

Código	Conta	Dívida	Provisão
28.3	Empréstimos concedidos	15 253,33	13 822,55
21.8	Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa	398 426,60	308 800,86
26.8.8.2	Devedores Diversos	592 493,58	286 229,10

**2.23 - Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local**

Não existem.

**2.24 - Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem**

Não existem.

## 2.25 – Dívidas ao Estado em situação de mora

Não existem.

## 2.26 – Garantias e cauções prestadas

No ano 2019 nas contas da classe 0 (zero) os registos decorrentes do movimento anual das contas de ordem, foram os do mapa anexo ao presente relatório.

Un: Euro

Mapa das Contas de Ordem 2019							
Cod. Conta	Designação	Saldo Inicial		do Período		Saldo Final	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Devedor	Credor
<b>9</b>	<b>CONTAS DE ORDEM</b>	<b>927 164,65</b>	<b>927 164,65</b>	<b>386 008,61</b>	<b>386 008,61</b>		<b>1 244 652,28</b>
9.1	GARANTIAS E CAUÇÕES		927 164,65	34 260,49	351 748,12		1 244 652,28
09.1.1	CAUÇÕES		78 401,09				78 401,09
09.1.1.1	CAUÇÕES PRESTADAS						
09.1.1.2	CAUÇÕES ACCIONADAS						
09.1.1.3	CAUÇÕES DEVOLVIDAS						
09.1.2	GARANTIAS		848 763,56	34 260,49	351 748,12		1 166 251,19
09.1.2.1	GARANTIAS PRESTADAS				351 748,12		
09.1.2.2	GARANTIAS ACCIONADAS						
09.1.2.3	GARANTIAS DEVOLVIDAS			34 260,49			
9.2	RECIBOS VIRTUAIS/RECIBOS P/ COBRANÇA						
9.9	CONTAS REFLECTIDAS	927 164,65		351 748,12	34 260,49	1 244 652,28	
09.9.1	Cauções reflectidas	78 401,09				78 401,09	
09.9.2	Garantias reflectidas	848 763,56		351 748,12	34 260,49	1 166 251,19	
09.9.3	Receita virtual reflectida						
	<b>TOTAL</b>	<b>927 164,65</b>	<b>927 164,65</b>	<b>386 008,61</b>	<b>386 008,61</b>		

## 2.27 – Provisões acumuladas

Ver nota 2.22.

## 2.28 - Explicação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo patrimonial», constantes do balanço.

No POCAL o princípio da especialização obriga a que se regularizem no período a que respeitam, quer os proveitos obtidos quer os custos suportados, independentemente do momento da ocorrência do eventual

recebimento/ pagamento. Assim, na conta 59 - Resultados Transitados foram efetuados os registos necessários à aplicação daquele princípio.

A grande dinamização da conta verifica-se nos movimentos de regularizações do Património, quer no registo de bens que finalmente foram transferidos para o imobilizado firme, como pelo diferimento dos financiamentos de alguns desses bens, e até da correção de bens que foram financiados e não estavam contabilizados adequadamente.

De acordo com o proposto no final de 2018 o Resultado Líquido do Exercício foi contemplado nesta conta.

		SI 63.525.699,96 €		
59	RESULTADOS TRANSITADOS	Aplicação Resultados Exercício 2018	15 522,13	
		Regularização de custos diferidos	136 409,37	
		Correção saldo conta	15 934,57	
		Correção saldo conta		16 653,02
		Anulação processos (por informação jurídica)		50 986,30
		IMI		16 230,94
		Correção de financiamentos projetos amortizados		1 180 893,38
		Regularização / amortizações bens	1 775 337,03	
		Regularizações Património e diferimentos financiamentos		891 310,68
		Inventariação/reconhecimento bens imobilizado firme		3 082 883,95
		Regularizações p/ registo receitas correntes		295 828,93
				<b>SF 59.934.115,86 €</b>

## 2.29 - Custo de mercadorias e de matérias-primas

O apuramento relativamente ao custo das matérias-primas e subsidiárias do ano 2019 pode ser avaliado no mapa abaixo.

### Custo das Matérias-Primas Vendidas e Consumidas

Un: Euro

Movimentos	Matérias Primas	Matérias Subsidiárias	Outros	Total
Existências Iniciais	21 691,18	93 975,78	111 217,85	226 884,81
Compras	8 198,81	17 594,58	73 135,99	98 929,38
Regularizações de Existências	0,00	0,00	0,00	0,00
Existências Finais	23 156,89	92 629,90	121 826,60	237 613,39
<b>CUSTO NO EXERCÍCIO</b>	<b>6 733,10</b>	<b>18 940,46</b>	<b>62 527,24</b>	<b>88 200,80</b>

## 2.30 - Demonstrações das variações de produção

Não existem.

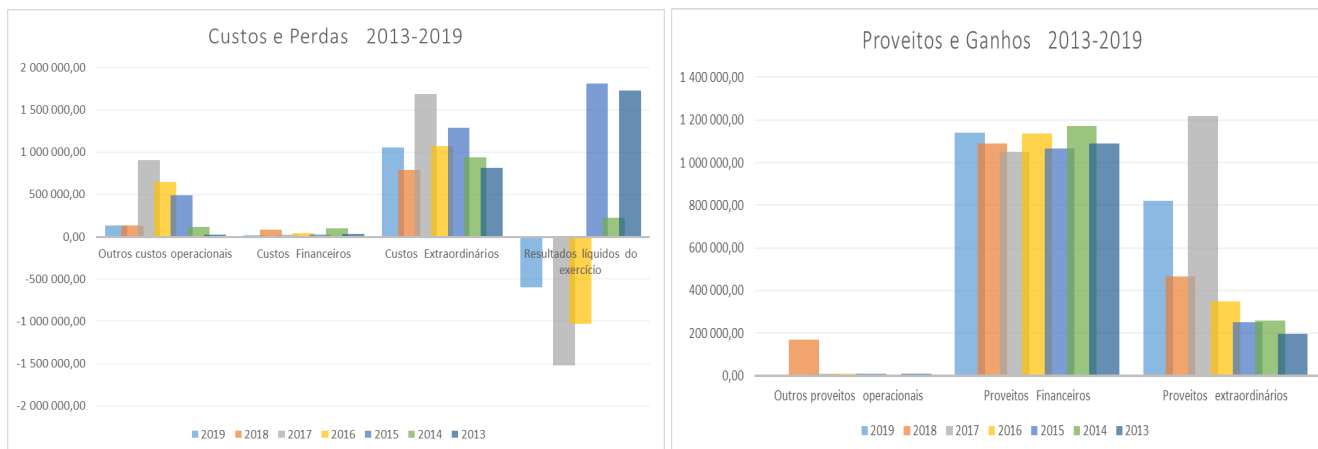
## 2.31 – Demonstração dos resultados

A Demonstração de Resultados é um instrumento contabilístico onde se reflete o resultado do exercício, ou seja, os custos e os proveitos ocorridos em 2019.

Un: Euro

Código		2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
<b>Custos e perdas</b>								
61	C M V M C	88 200,80	112 223,58	151 529,64	141 640,79	126 852,52	603 467,02	37 789,01
62	Fornecimentos e serviços externos	5 716 215,44	5 398 332,06	4 627 569,90	4 116 264,89	3 945 353,39	4 471 480,97	4 790 413,05
641+642	Remunerações	5 767 389,77	5 336 452,22	4 980 984,14	4 872 646,34	5 005 065,85	5 068 719,33	5 075 346,16
643 a 648	Encargos sociais	1 647 005,91	1 500 470,52	1 562 425,06	1 367 383,18	1 400 344,89	1 604 537,96	1 436 181,30
66	Amortizações	3 284 685,63	3 245 343,51	3 691 472,77	3 690 782,04	843 097,00	1 023 683,08	589 198,44
67	Provisões do exercício	460 000,00		428 238,05	283 945,14	0,00	0,00	0,00
63	Transferência / subsídios concedidos	1 899 110,90	1 833 378,85	1 548 324,85	1 669 824,39	1 434 159,53	1 454 931,92	1 419 140,22
65	Outros custos / Perdas operacionais	129 864,62	133 864,59	908 657,82	646 958,74	494 969,95	120 265,98	28 773,91
	(A)	<b>18 992 473,07</b>	<b>17 560 065,33</b>	<b>17 899 202,23</b>	<b>16 789 445,51</b>	<b>13 249 843,13</b>	<b>14 347 086,26</b>	<b>13 376 842,09</b>
68	Custos / Perdas Financeiros	16 216,51	83 197,66	21 732,85	44 140,93	27 683,39	99 327,17	37 883,28
	(C)	<b>19 008 689,58</b>	<b>17 643 262,99</b>	<b>17 920 935,08</b>	<b>16 833 586,44</b>	<b>13 277 526,52</b>	<b>14 446 413,43</b>	<b>13 414 725,37</b>
69	Custos / Perdas Extraordinários	1 052 032,97	792 771,61	1 688 674,32	1 069 956,35	1 286 271,22	938 023,27	818 925,44
	(E)	<b>20 060 722,55</b>	<b>18 436 034,60</b>	<b>19 609 609,40</b>	<b>17 903 542,79</b>	<b>14 563 797,74</b>	<b>15 384 436,70</b>	<b>14 233 650,81</b>
88	Resultados líquidos do exercício	<b>-596 722,17</b>	<b>-15 522,13</b>	<b>-1 520 337,81</b>	<b>-1 029 492,66</b>	1 812 965,24	223 906,42	1 725 575,90
	<b>Total</b>	<b>19 464 000,38</b>	<b>18 420 512,47</b>	<b>18 089 271,59</b>	<b>16 874 050,13</b>	<b>16 376 762,98</b>	<b>15 608 343,12</b>	<b>15 959 226,71</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>								
71	Vendas / Prestações de serviços	2 625 706,58	2 221 026,43	2 218 030,09	2 069 160,54	2 003 524,64	1 409 797,13	1 748 529,12
72	Impostos e taxas	3 157 861,45	3 031 480,64	2 521 581,03	2 515 748,15	2 265 033,32	2 487 426,49	2 394 942,56
75	Trabalhos / Própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	Proveitos suplementares	22 503,91	16 170,64	14 660,46	15 581,07	11 777,96	9 502,21	15 547,59
74	Transferências / Subsídios obtidos	11 691 783,77	11 425 151,12	11 058 171,80	10 777 773,47	10 769 967,09	10 266 651,13	10 503 093,89
76	Outros proveitos / Ganhos operacionais	7 578,17	170 751,87	8 459,89	8 737,32	9 544,83	3 092,07	11 013,80
	(B)	<b>17 505 433,88</b>	<b>16 864 580,70</b>	<b>15 820 903,27</b>	<b>15 387 000,55</b>	<b>15 059 847,84</b>	<b>14 176 469,03</b>	<b>14 673 126,96</b>
78	Proveitos / Ganhos Financeiros	1 138 681,86	1 090 852,52	1 050 822,67	1 137 938,38	1 065 789,85	1 172 625,79	1 088 519,33
	(D)	<b>18 644 115,74</b>	<b>17 955 433,22</b>	<b>16 871 725,94</b>	<b>16 524 938,93</b>	<b>16 125 637,69</b>	<b>15 349 094,82</b>	<b>15 761 646,29</b>
79	Proveitos / Ganhos extraordinários	819 884,64	465 079,25	1 217 545,65	349 111,20	251 125,29	259 248,30	197 580,42
	(F)	<b>19 464 000,38</b>	<b>18 420 512,47</b>	<b>18 089 271,59</b>	<b>16 874 050,13</b>	<b>16 376 762,98</b>	<b>15 608 343,12</b>	<b>15 959 226,71</b>
	<b>Total</b>	<b>19 464 000,38</b>	<b>18 420 512,47</b>	<b>18 089 271,59</b>	<b>16 874 050,13</b>	<b>16 376 762,98</b>	<b>15 608 343,12</b>	<b>15 959 226,71</b>
<b>RESUMO</b>								
	Resultados operacionais =(B)-(A)	<b>-1 487 039,19</b>	<b>-695 484,63</b>	<b>-2 078 298,96</b>	<b>-1 402 444,96</b>	<b>1 810 004,71</b>	<b>-170 617,23</b>	<b>1 296 284,87</b>
	Resultados financeiros =[D-B]-[(C-A)]	<b>1 122 465,35</b>	<b>1 007 654,86</b>	<b>1 029 089,82</b>	<b>1 093 797,45</b>	<b>1 038 106,46</b>	<b>1 073 298,62</b>	<b>1 050 636,05</b>
	Resultados correntes =(D)-(C)	<b>-364 573,84</b>	<b>312 170,23</b>	<b>-1 049 209,14</b>	<b>-308 647,51</b>	<b>2 848 111,17</b>	<b>902 681,39</b>	<b>2 346 920,92</b>
	Resultado líquido do exercício = (F)-(E)	<b>-596 722,17</b>	<b>-15 522,13</b>	<b>-1 520 337,81</b>	<b>-1 029 492,66</b>	<b>1 812 965,24</b>	<b>223 906,42</b>	<b>1 725 575,90</b>

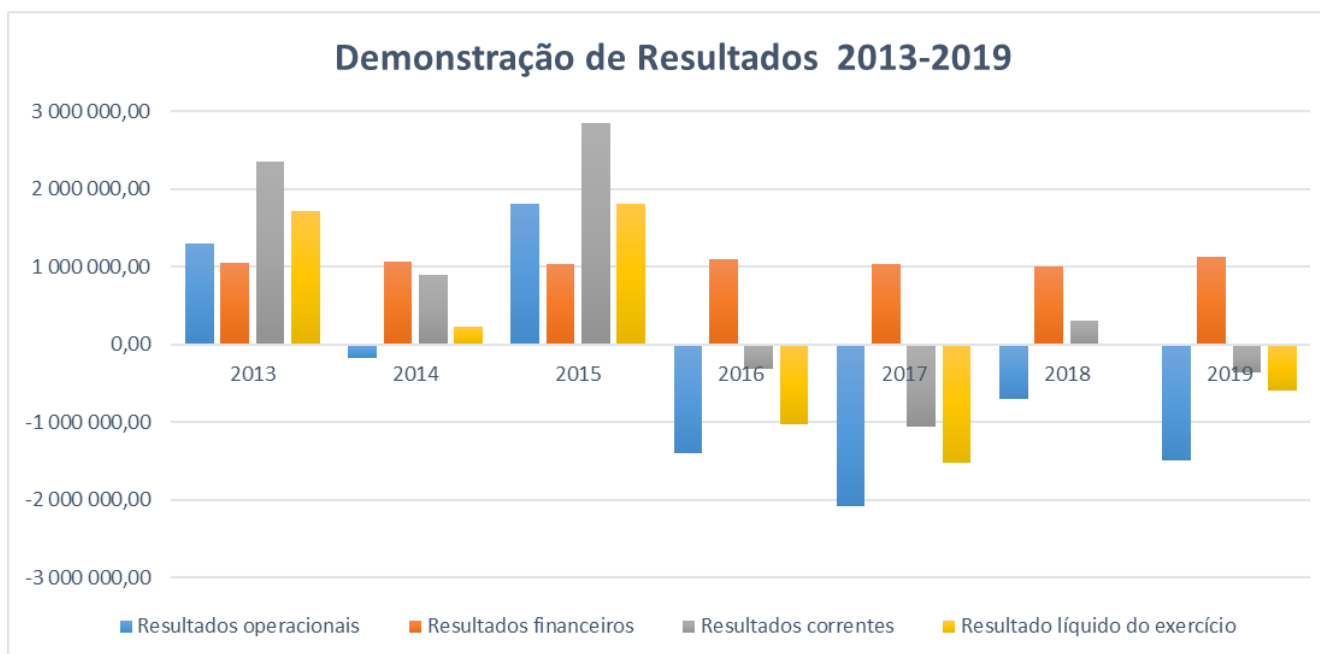
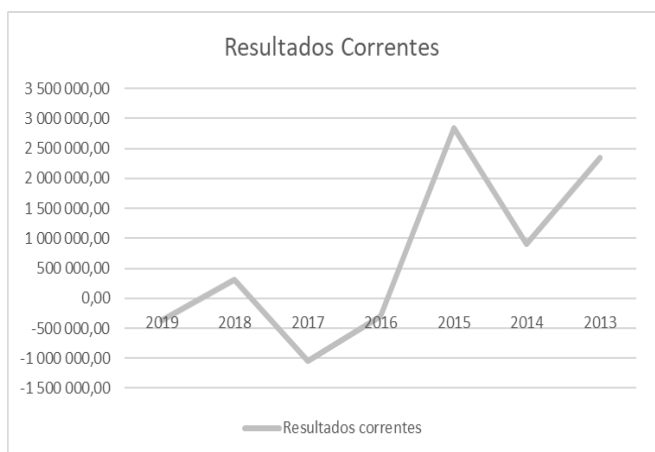




Da análise do quadro evolutivo de 2013-2019 pode avaliar-se que:

- ✓ O valor de CMVMC tem vindo a decrescer no decorrer dos anos;
- ✓ A tendência de crescimento na aquisição de bens e serviços é gradual ao longo dos anos, com exceção de 2015, e em 2019 assegurou-se esse incremento em mais de 300 mil euros;
- ✓ Nos valores identificados nas remunerações, o aumento justifica-se pelo desbloqueio das carreiras e por novos concursos de pessoal nos quadros do município;
- ✓ Pela continuação da regularização aplicada ao registo do imobilizado, os valores das amortizações decresceram relativamente aos dois anos anteriores;
- ✓ Neste exercício foram constituídas provisões no montante de 400.000,00 euros por forma a acautelar os processos de contencioso indicados pelo jurista;
- ✓ Manteve-se a redução dos custos extraordinários;
- ✓ O reforço do montante no apuramento dos custos financeiros é justificado principalmente pela continuação das correções e melhorias que têm vindo a ser integradas no processo contabilístico;
- ✓ À semelhança das vendas de bens e serviços em 2019 também ocorreu uma subida nos impostos e taxas;
- ✓ Nos proveitos extraordinários constatou-se uma subida muito considerável comparativamente ao ano anterior, no entanto nos proveitos financeiros o diferencial foi pouco significativo;
- ✓ O resultado líquido do exercício de 2019 situou-se assim em -596.722,17 euros.

A evolução 2013-2019 é apresentada nos gráficos seguintes:



## 2.32 - Demonstração de resultados financeiros

### Demonstração de Resultados Financeiros

Código Contas	Custos e perdas	Exercício		Código Contas	Proveitos e ganhos	Exercício	
		2019	2018			2019	2018
681	Juros suportados	6 925,04	72 289,72	781	Juros obtidos		
682	Perdas em entidades participadas			782	Ganhos em entidades participadas		
683	Amortizações de investimentos em imóveis			783	Rendimentos de imóveis	1 138 681,86	1 090 852,52
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participações de capital		
685	Diferenças de câmbios desfavoráveis			785	Diferenças de câmbios desfavoráveis		
687	Perdas na alienação de aplicaç tesouraria			787	Ganhos na alienação de aplicaç tesouraria		
688	Outros custos e perdas financeiras	9 291,47	10 907,94	788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
	<b>RESULTADOS FINANCEIROS</b>	<b>1 122 465,35</b>	<b>1 007 654,86</b>				
	<b>Total</b>	<b>1 138 681,86</b>	<b>1 090 852,52</b>		<b>Total</b>	<b>1 138 681,86</b>	<b>1 090 852,52</b>

Os resultados financeiros observaram um crescimento relativamente a 2018 em mais de 114 mil euros.

## 2.33 - Demonstração de resultados extraordinários

### Demonstração de Resultados Extraordinários

Código Contas	Custos e perdas	Exercício		Código Contas	Proveitos e ganhos	Exercício	
		2019	2018			2019	2018
691	Transferências de capital concedidas	711 445,19	598 161,17	791	Restituição de impostos		
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências		44 796,61	793	Ganhos em existências		
694	Perdas em imobilizações	4 800,00		794	Ganhos em imobilizações	38 494,52	27 239,44
695	Multas e penalidades	1 712,39	260,36	795	Benefícios em penalidades contratuais	2 666,39	4 666,21
696	Aumentos de amortizações e provisões			796	Reduções de amortizações e provisões	2 700,00	48 494,06
697	Correções relativas a exercícios anteriores	333 343,18	145 052,90	797	Correções relativas a exercícios anteriores	384 631,96	102 634,45
698	Outros custos e perdas extraordinárias	732,21	4 500,57	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	391 391,77	282 045,09
	<b>RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS</b>	<b>-232 148,33</b>	<b>-327 692,36</b>				
	<b>Total</b>	<b>819 884,64</b>	<b>465 079,25</b>		<b>Total</b>	<b>819 884,64</b>	<b>465 079,25</b>

Os resultados extraordinários observaram uma evolução relativamente a 2018 em cerca de 95 mil euros.

## 3 - Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

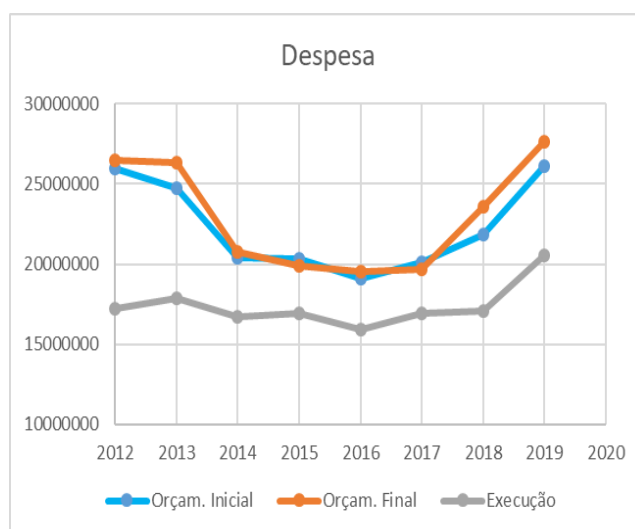
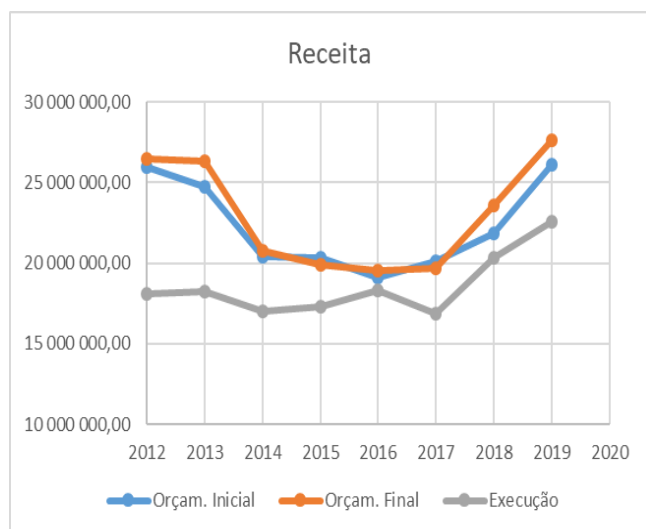
### 3.1. Evolução do orçamento

À semelhança dos anos anteriores apresentamos de seguida alguns quadros e gráficos em que se pode analisar as dotações iniciais, dotações corrigidas e as respetivas execuções dos orçamentos nos anos compreendidos entre 2012-2019.

## Evolução Orçamental 2012-2019

Un: Euro

Ano	Receita				Despesa			
	Orçam. Inicial	Orçam. Final	Execução	% Exec	Orçam. Inicial	Orçam. Final	Execução	% Exec
2012	25.999.271,00	26.510.186,46	18.115.239,33	68,33	25.999.271,00	26.510.186,46	17.233.813,77	65,01
2013	24.730.420,00	26.322.761,02	18.264.142,29	69,39	24.730.420,00	26.322.761,02	17.899.342,80	68,00
2014	20.377.463,00	20.777.549,20	17.032.012,69	81,97	20.377.463,00	20.777.549,20	16.715.338,47	80,45
2015	20.344.988,10	19.930.000,00	17.303.110,36	86,62	20.344.985,10	19.930.000,00	16.951.581,87	85,06
2016	19.101.202,67	19.522.803,44	18.284.970,93	93,66	19.101.202,67	19.522.803,44	15.909.666,51	81,49
2017	20.119.090,70	19.680.298,51	16.894.307,56	85,84	20.119.090,70	19.679.602,51	16.921.355,10	85,98
2018	21.844.047,65	23.584.474,08	20.344.748,38	86,26	21.844.047,65	23.584.474,08	17.102.259,87	72,51
2019	26.134.748,00	27.664.023,68	22.596.426,09	81,68	26.134.748,00	27.664.023,68	20.530.150,12	74,21



No ano de 2019 não foi possível ao Município efetuar os ajustes orçamentais necessários por forma a atestar na receita o mínimo de execução de 85%.

### 3.2. Análise geral

O Orçamento Municipal para 2019 foi aprovado com uma dotação inicial de 26.134.748,00 euros.

Un: Euro

	Receita				Despesa			
	Orç. Inicial	Orç. Final	Execução	% Exec.	Orç. Inicial	Orç. Final	Execução	% Exec.
<b>Corrente</b>	17 998 804,00	17 998 804,00	17 218 228,67	76,20%	14 667 470,00	15 831 833,05	14 963 224,79	73%
<b>Capital</b>	8 115 944,00	6 410 231,17	2 121 609,52	9,39%	11 467 278,00	11 832 190,63	5 566 925,33	27%
<b>Outras</b>	20 000,00	3 254 988,51	3 256 587,90	14,41%	0,00	0,00	0,00	0%
<b>Total</b>	<b>26 134 748,00</b>	<b>27 664 023,68</b>	<b>22 596 426,09</b>	<b>81,68%</b>	<b>26 134 748,00</b>	<b>27 664 023,68</b>	<b>20 530 150,12</b>	<b>74%</b>

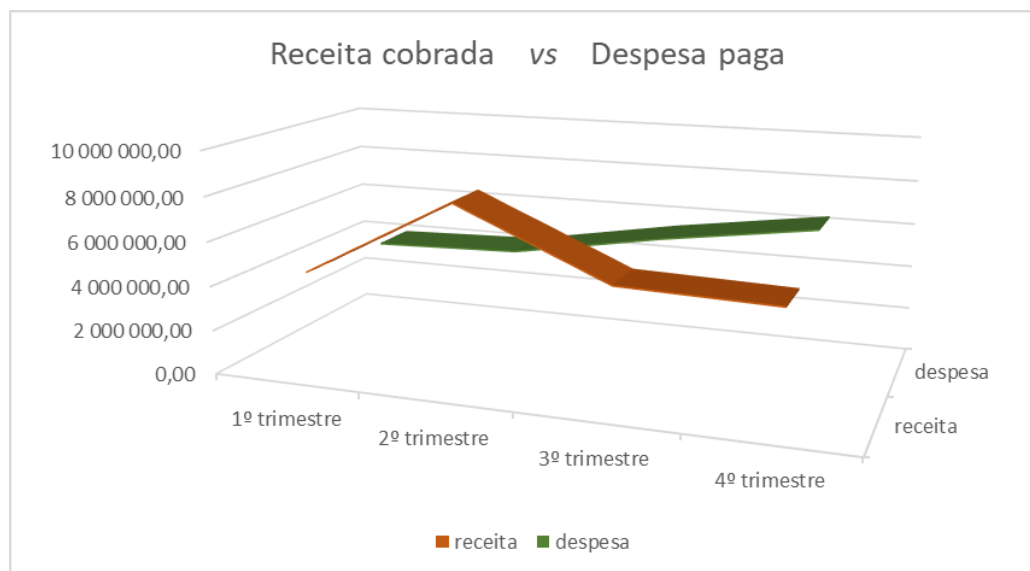
As dotações iniciais foram revistas pelas já referidas no ponto das modificações orçamentais, por 38 alterações e 3 revisões, uma das quais integrou o saldo da gerência anterior em 3.242.488,51 euros.

Assim, o valor das dotações finais corrigidas do orçamento situou-se em 27.664.023,68 euros.

A taxa de execução da receita foi de 81,68% no total das receitas arrecadadas no montante de 22.596.426,09 euros, contrapondo com os 20.530.150,12 euros de despesa com 74% de execução.

RECEITA	Cobrada 2019	DESPESA	Paga 2019
Corrente	17 218 228,67	Corrente	14 963 224,79
Capital	2 121 609,52	Capital	5 566 925,33
Outras	3 256 587,90	Outras	
Total	22 596 426,09	Total	20 530 150,12

A evolução da receita cobrada não foi na mesma proporção temporal da despesa paga, logo impôs-se ao Município uma regra da distribuição dos valores no sentido de preservar no decorrer do ano a maleabilidade financeira de tesouraria exigida.



### 3.3. Receita

O Orçamento da Receita de 2019 apresentou um grau de execução da receita efetiva de 81,7%.

Un: Euro

Designação	Orç. Inicial	Orç. Final	Execução	% Exec.
<b>Receitas Correntes</b>	<b>17 998 804,00</b>	<b>17 998 804,00</b>	<b>17 218 228,67</b>	<b>76,2%</b>
Impostos diretos	3 031 000,00	3 031 000,00	3 190 031,32	14,1%
Impostos indiretos	54 200,00	54 200,00	35 986,67	0,2%
Taxas, multas e outras penalidades	221 100,00	221 100,00	136 603,24	0,6%
Rendimentos de propriedade	1 142 000,00	1 142 000,00	1 117 104,26	4,9%
Transferências correntes	10 931 004,00	10 931 004,00	10 359 505,66	45,8%
Vendas de bens e serviços correntes	2 551 500,00	2 551 500,00	2 134 684,66	9,4%
Outras receitas correntes	68 000,00	68 000,00	244 312,86	1,1%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>8 115 944,00</b>	<b>6 410 231,17</b>	<b>2 121 609,52</b>	<b>9,4%</b>
Venda de bens de investimento	11 000,00	11 000,00	8 229,90	0,0%
Transferências de capital	5 300 944,00	6 213 467,49	2 107 426,90	9,3%
Ativos financeiros	3 000,00	3 000,00	2 583,45	0,0%
Passivos financeiros	1 000,00	1 000,00	0,00	0,0%
Outras receitas de capital	2 800 000,00	181 763,68	3 369,27	0,0%
Outras receitas	20 000,00	3 254 988,51	3 256 587,90	14,4%
<b>Total</b>	<b>26 134 748,00</b>	<b>27 664 023,68</b>	<b>22 596 426,09</b>	<b>81,7%</b>

Apurou-se uma execução de receita em cerca de 22.596.426,09 euros com a base da dotação corrigida 26.134.748,00 euros, estabelecendo a execução final em 81,7%.



## Estrutura da Receita

No quadro seguinte representa-se a evolução 2014-2019 da receita:

Un: Euro

Designação	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 2018-2019	
							V. absoluta	%
<b>Receitas Correntes</b>	14 911 930,71	15 073 871,29	15 964 943,80	15 809 054,82	16 264 378,80	<b>17 218 228,67</b>	<b>953 849,87</b>	4,22%
Impostos diretos	2 512 362,60	2 174 882,20	2 389 808,08	2 320 031,82	2 973 020,13	3 190 031,32	217 011,19	9,57%
Impostos indiretos	35 301,56	36 328,27	37 466,54	41 476,09	40 288,89	35 986,67	-4 302,22	-0,19%
Taxas, multas e outras penalidades	115 697,71	102 040,56	123 820,87	191 589,96	155 484,21	136 603,24	-18 880,97	-0,83%
Rendimentos de propriedade	1 332 890,76	896 683,80	1 384 702,42	1 128 960,17	834 469,22	1 117 104,26	282 635,04	12,46%
Transferências correntes	9 293 943,80	9 793 569,61	9 840 022,64	10 073 132,92	10 130 168,18	10 359 505,66	229 337,48	10,11%
Venda de bens e serviços correntes	1 460 907,78	1 944 080,91	2 035 385,92	1 974 960,39	2 087 356,85	2 134 684,66	47 327,81	2,09%
Outras receitas correntes	160 826,50	126 285,94	153 737,33	78 903,47	43 591,32	244 312,86	200 721,54	8,85%
<b>Receitas de Capital</b>	1 625 364,28	1 874 602,97	1 886 913,40	1 053 787,73	1 405 411,38	<b>2 121 609,52</b>	<b>716 198,14</b>	31,58%
Venda de bens de investimento	31 368,79	53 624,53	4 292,95	203,25	30 539,25	8 229,90	-22 309,35	-0,98%
Transferências de capital	1 592 495,49	1 782 514,59	1 381 641,50	1 052 267,80	1 369 864,91	2 107 426,90	737 561,99	32,52%
Ativos financeiros	1 500,00	839,40	1 954,56	1 316,68	1 637,95	2 583,45	945,50	0,04%
Passivos financeiros	0,00	0,00	491 994,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras receitas de capital	0,00	37 624,45	7 029,76	0,00		3 369,27	3 369,27	0,15%
						0,00		
Reposições	94 631,50	17 369,89	12 012,96	31 465,01	8 208,92	14 099,99	5 891,07	0,26%
Saldo da gerência anterior	400 086,20	337 266,21	421 100,77	2 398 303,27	2 650 426,43	3 242 488,10	592 061,67	26,11%
<b>Total</b>	<b>17 032 012,69</b>	<b>17 303 110,36</b>	<b>18 284 970,93</b>	<b>19 292 610,83</b>	<b>20 328 425,53</b>	<b>22 596 426,28</b>	<b>2 268 000,75</b>	

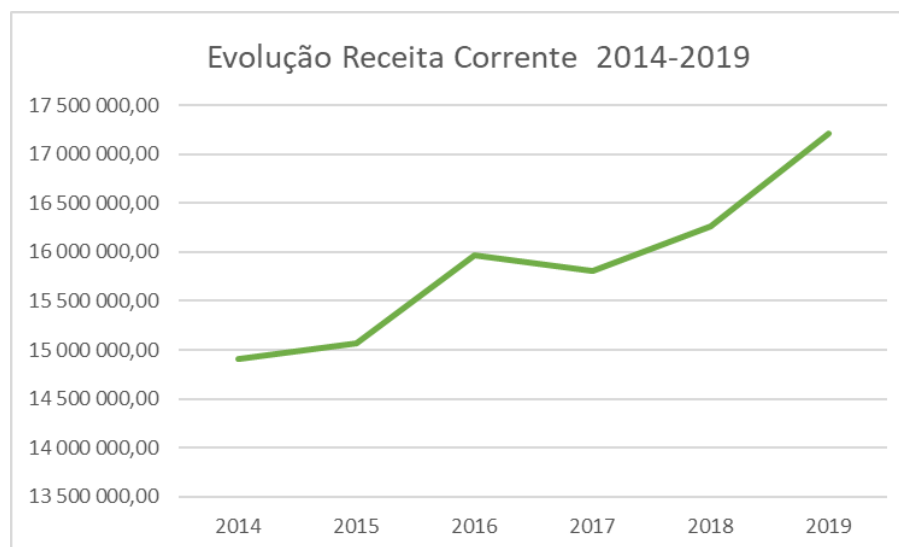
A receita efetivamente cobrada em 2019 foi superior em cerca de 2,80 mil euros comparativamente a 2014, devendo-se sobretudo, nas receitas correntes, ao somatório das rubricas de transferências correntes com mais de 1 milhão euros, com os impostos diretos e às vendas de bens e serviços.

Nas receitas de capital a variação mais significativa foi no montante das transferências de capital fruto dos financiamentos obtidos consequência do desenvolvimento das diversas candidaturas de fundos comunitários, e no sentido negativo foram as reposições e as vendas de bens de investimento onde o diferencial correspondente a 2014 se aproxima mais da realidade.

### 3.4. Receitas correntes

A tendência da arrecadação de receitas correntes tem sido crescente ao longo dos anos e notoriamente em 2019 se confirmou com o valor de +953.849,87 euros.

## Evolução das Receitas Correntes



## Estrutura da Receita Corrente

No quadro seguinte os valores negativos apresentados são os que merecem destaque pois são os indicativos de uma execução superior às dotações corrigidas, nomeadamente nos impostos diretos (159.031,32 euros) e nas outras receitas correntes (176.312,86 euros).

Na variação 2019-2018 acresceram os capítulos de rendimentos de propriedade e das transferências correntes demonstram uma execução reforçada, contrapondo embora de forma ligeira com os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades em que a execução foi inferior a 2018.

Un: Euro

Designação	2017	2018	2019	Variação 2019-2018		Previsões Corrigidas	Desvio Execução
				V Absoluta	%		
		Execução					
<b>Impostos diretos</b>	2 320 031,82	2 973 020,13	3 190 031,32	217 011,19	1%	3 031 000,00	-159 031,32
<b>Impostos indiretos</b>	41 476,09	40 288,89	35 986,67	-4 302,22	0%	54 200,00	18 213,33
<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	191 589,96	155 484,21	136 603,24	-18 880,97	0%	221 100,00	84 496,76
<b>Rendimentos de propriedade</b>	1 128 960,17	834 469,22	1 117 104,26	282 635,04	2%	1 142 000,00	24 895,74
<b>Transferências correntes</b>	10 073 132,92	10 130 168,18	10 359 505,66	229 337,48	1%	10 931 004,00	571 498,34
<b>Venda de bens e serviços correntes</b>	1 974 960,39	2 087 356,85	2 134 684,66	47 327,81	0%	2 551 500,00	416 815,34
<b>Outras receitas correntes</b>	78 903,47	43 591,32	244 312,86	200 721,54	1%	68 000,00	-176 312,86
<b>Total</b>	<b>15 809 054,82</b>	<b>16 264 378,80</b>	<b>17 218 228,67</b>	<b>953 849,87</b>	<b>6%</b>	<b>17 998 804,00</b>	<b>780 575,33</b>

A evolução dos valores da receita dos Impostos Diretos apresenta-se no mapa e gráfico seguintes (2015-2019)



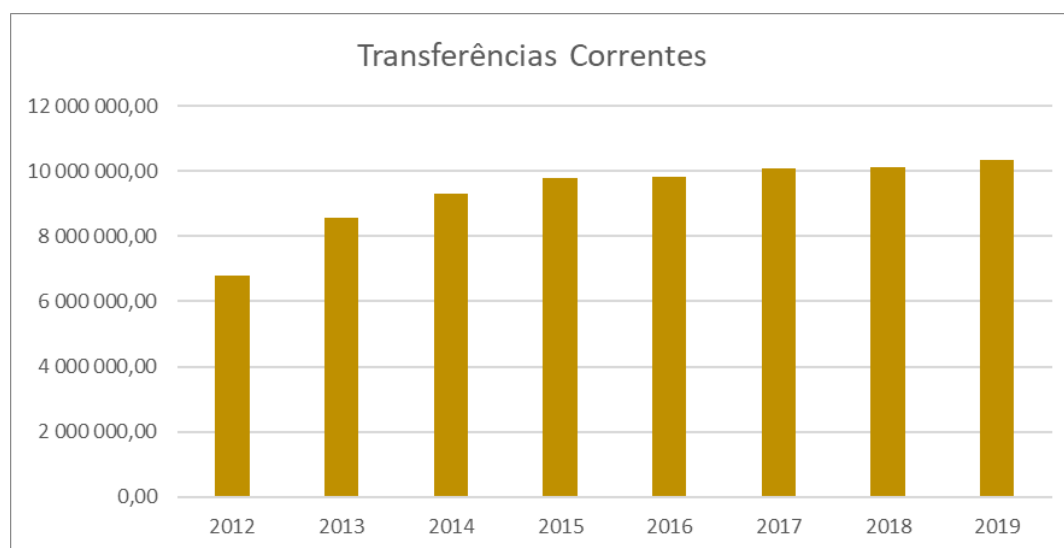
Un: Euro

Designação	2015	2016	2017	2018	2019	Gráfico
Imposto Municipal s/ Imóveis (IMI)	1 173 012,33	1 151 942,18	1 192 833,04	1 264 325,77	1 228 792,56	
Imposto Único de Circulação (IUC)	303 111,10	307 291,14	333 335,03	344 905,34	361 661,68	
Imposto Municipal s/ Transações Onerosas de Imóveis (IMT)	504 567,47	702 842,95	720 549,31	1 179 306,53	1 268 227,30	
Derrama	194 191,30	227 731,81	73 314,44	184 482,49	331 349,78	
<b>Total</b>	<b>2 174 882,20</b>	<b>2 389 808,08</b>	<b>2 320 031,82</b>	<b>2 973 020,13</b>	<b>3 190 031,32</b>	

A tendência crescente embora com pouco realce, na receita de Transferências Correntes verifica-se no quadro (2012-2019)

Un: Euro

Designação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	5 493 318,00	7 590 480,00	8 253 599,00	8 551 680,00	8 669 630,00	8 977 585,00	9 055 269,00	<b>9 161 022,00</b>
Fundo Social Municipal (FSM)	226 127,00	226 127,00	226 127,00	281 186,00	281 186,00	281 186,00	281 186,00	<b>281 186,00</b>
Participação Variável no IRS	755 495,00	442 486,00	454 327,00	542 643,00	538 316,00	496 903,00	571 885,00	<b>542 796,00</b>
Outras	296 586,43	294 590,97	359 890,80	294 718,01	303 205,19	301 479,44	163 942,85	<b>315 469,20</b>
Participação Comunitária / Projetos Co-Financiados	17 199,08	23 387,01	0,00	123 342,60	43 736,85	0,00	45 410,03	<b>52 035,32</b>
Serviços e Fundos Autónomos					3 948,60	15 979,48	12 475,30	<b>6 997,14</b>
<b>Total</b>	<b>6 788 725,51</b>	<b>8 577 070,98</b>	<b>9 293 943,80</b>	<b>9 793 569,61</b>	<b>9 840 022,64</b>	<b>10 073 132,92</b>	<b>10 130 168,18</b>	<b>10 359 505,66</b>



Se o reforço na transferência do FEF é evidente mesmo que ligeiramente, já na Participação Variável no IRS ocorreu um decréscimo nos valores transferidos relativamente a 2018.

O aumento nas Outras (receitas) onde os valores são os transferidos pela DGESTE – Direção Geral Estabelecimentos de Ensino relativamente à área educacional, ou pelo Fundo Florestal Permanente no apoio

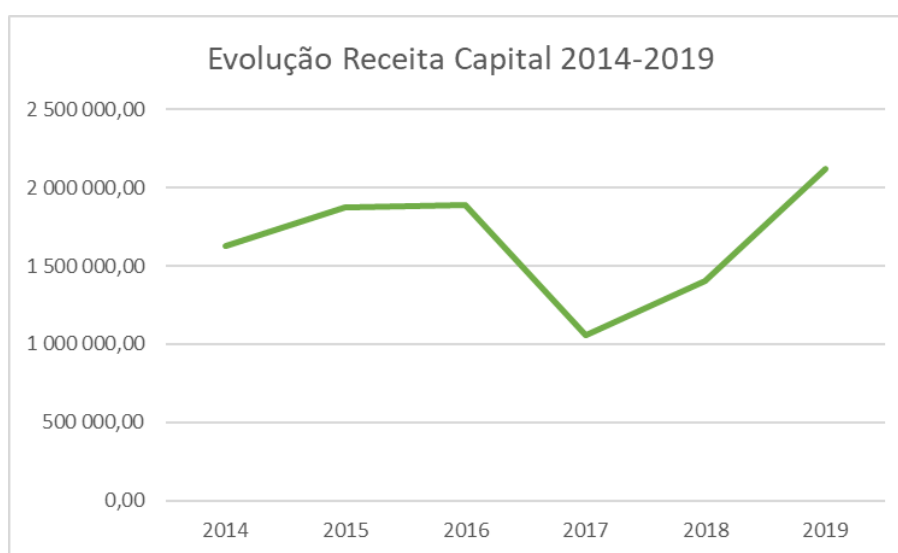
à atividade da proteção civil, bem como na Participação Comunitária em Projetos Co-Financiados, ocorreu pelo aperfeiçoamento na classificação das receitas obtidas.

Verificou-se uma redução nas transferências de Serviços e Fundos Autónomos nomeadamente do Agrupamento de Escolas e do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

### 3.5. Receitas de capital

Também nas receitas de capital se verifica a tendência da arrecadação crescente ao longo dos anos e é evidente no capítulo das transferências de capital em 2019 se confirmou com o valor de +719.567,41 euros.

#### Evolução da Receita de Capital



#### Estrutura da Receita de Capital

Com o pleno impulso de procedimentos com a respetiva atribuição de vistos prévios do Tribunal de Contas, as grandes obras do concelho tiveram um grande desenvolvimento e conseqüentemente para as candidaturas aos financiamentos comunitários demonstrou-se a plena justificação pela execução, e assim o Município pôde arrecadar as transferências atestadas.

O aumento foi de 716.198,14 euros relativamente ao ano anterior.

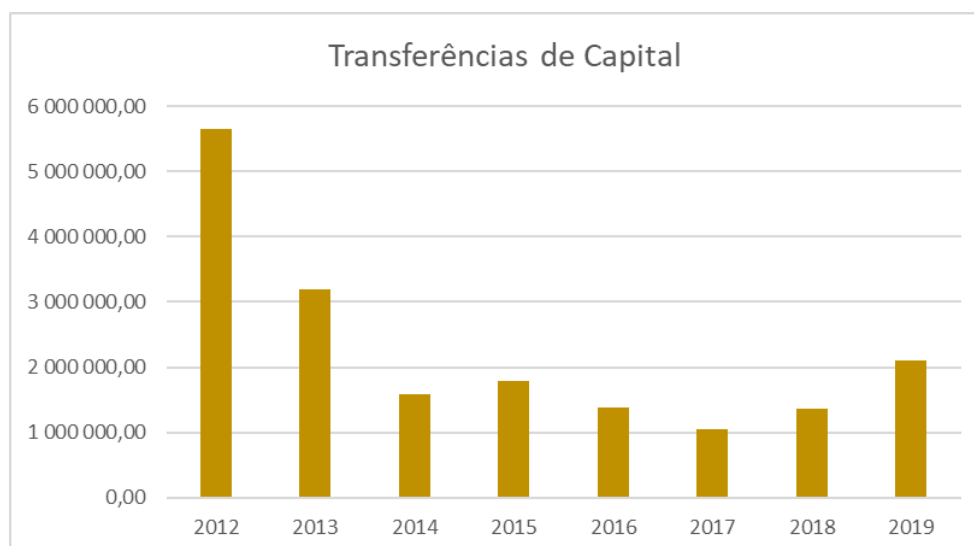
Receitas de Capital	2017	2018	2019	Variação		Previsões	Desvio
				2018-2019			
				V. absoluta	%		
Venda de bens de investimento	203,25	30 539,25	8 229,90	-22 309,35	-3%	11 000,00	-2 770,10
Transferências de capital	1 052 267,80	1 369 864,91	2 107 426,90	737 561,99	103%	6 213 467,49	-4 106 040,59
Ativos Financeiros	1 316,68	1 637,95	2 583,45	945,50	0%	3 000,00	-416,55
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	1 000,00	-1 000,00
Outras receitas de capital		3 369,27	3 369,27	0,00	0%	12 500,00	9 130,73
<b>Total</b>	<b>1 053 787,73</b>	<b>1 405 411,38</b>	<b>2 121 609,52</b>	<b>716 198,14</b>	<b>100%</b>	<b>6 240 967,49</b>	<b>-4 119 357,97</b>

Em 2019 desenvolveram-se com maior intensidade as obras do PEDU no concelho de Montemor, as quais integram diversas candidaturas previamente aprovadas, pelo que a sua execução financeira também se reflete nos valores dos financiamentos arrecadados e justifica-se assim o visível acréscimo na rubrica da Participação Comunitária/Projetos Co-financiados.

Com a inclusão da nova componente de transferência pelo nº 3 do art.º 35º da Lei 73/2003 os valores foram acrescidos em cerca de 288 533,00 euros e no FEF Capital o reforço foi pouco significativo.

A distribuição das Transferências de Capital verifica-se no quadro seguinte (2012-2019)

Designação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF - Capital)	3 443 105,00	1 878 057,00	910 111,00	950 187,00	963 292,00	997 509,00	1 006 141,00	1 017 891,00
Nº 3 do Art.º 35 da Lei 73/2003	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	288 553,00
Outras	0,00	2 453,16	15 187,27	28 640,41	0,00	10 122,59	74 746,35	0,00
Participação Comunitária / Projetos Co - Financiados (Capital)	2 206 695,66	1 309 539,30	667 197,22	803 687,18	418 349,50	44 636,21	288 977,56	800 982,90
<b>Total</b>	<b>5 649 800,66</b>	<b>3 190 049,46</b>	<b>1 592 495,49</b>	<b>1 782 514,59</b>	<b>1 381 641,50</b>	<b>1 052 267,80</b>	<b>1 369 864,91</b>	<b>2 107 426,90</b>



### 3.6. Despesa

O Orçamento da Despesa de 2019 apresentou um grau de execução da receita efetiva de 74,21%.

Un:Euro				
Designação	Orç. Inicial	Orç. Final	Execução	% Exec.
<b>Despesas Correntes</b>	<b>14 667 470,00</b>	<b>15 831 833,05</b>	<b>14 963 224,79</b>	<b>54,1%</b>
Despesas com o pessoal	8 512 800,00	7 333 305,90	7 328 982,08	26,5%
Aquisição de bens e serviços	4 208 730,00	6 161 914,62	5 432 665,72	19,6%
Juros e outros encargos	48 930,00	7 011,00	6 975,00	0,0%
Transferências correntes	1 450 010,00	1 886 644,40	1 788 228,44	6,5%
Outras Despesas correntes	447 000,00	442 957,13	406 373,55	1,5%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>11 467 278,00</b>	<b>11 832 190,63</b>	<b>5 566 925,33</b>	<b>20,1%</b>
Aquisição de bens de capital	9 610 731,00	10 272 238,72	4 334 689,81	15,7%
Transferências de capital	1 543 433,00	1 263 717,22	936 000,83	3,4%
Ativos financeiros	61 414,00	61 414,00	61 414,00	0,2%
Passivos financeiros	251 500,00	234 820,69	234 820,69	0,8%
Outras despesas de capital	200,00	0,00	0,00	0,0%
<b>Total</b>	<b>26 134 748,00</b>	<b>27 664 023,68</b>	<b>20 530 150,12</b>	<b>74,2%</b>

No exercício de 2019 a execução perfaz 20.530.150,12 euros dos quais transitaram 6.872.158,02 euros de compromissos por pagar.

As despesas correntes pagas totalizaram 14.963.224,79 euros refletindo-se numa taxa de execução de 54,1%, e quanto às despesas de capital pagas no valor de 5.566.925,33 euros corresponderam à execução de 20,1%.



## Estrutura da Despesa

No quadro seguinte representa-se a evolução 2014-2019 da despesa:

Un: Euro

Designação	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 2018-2019	
							V. absoluta	%
<b>Despesas Correntes</b>	<b>13 087 759,73</b>	<b>12 853 179,25</b>	<b>12 940 414,35</b>	<b>13 829 688,89</b>	<b>13 994 312,61</b>	<b>14 963 224,79</b>	<b>968 912,18</b>	<b>5%</b>
<b>Despesas com o pessoal</b>	<b>6 612 634,13</b>	<b>6 467 177,57</b>	<b>6 216 251,50</b>	<b>6 353 911,82</b>	<b>6 767 388,72</b>	<b>7 328 982,08</b>	<b>561 593,36</b>	<b>3%</b>
<b>Aquisição bens e serviços</b>	<b>4 797 112,99</b>	<b>4 344 756,21</b>	<b>4 174 869,31</b>	<b>4 650 570,85</b>	<b>5 039 805,53</b>	<b>5 432 665,72</b>	<b>392 860,19</b>	<b>2%</b>
<b>Juros e outros encargos</b>	<b>113 724,39</b>	<b>37 610,89</b>	<b>12 501,89</b>	<b>49 733,88</b>	<b>72 334,76</b>	<b>6 975,00</b>	<b>-65 359,76</b>	<b>0%</b>
<b>Transferências correntes</b>	<b>1 364 884,14</b>	<b>1 375 934,61</b>	<b>1 672 922,23</b>	<b>1 560 444,19</b>	<b>1 705 010,71</b>	<b>1 788 228,44</b>	<b>83 217,73</b>	<b>0%</b>
<b>Outras despesas correntes</b>	<b>199 404,08</b>	<b>627 699,97</b>	<b>863 869,42</b>	<b>1 215 028,15</b>	<b>409 772,89</b>	<b>406 373,55</b>	<b>-3 399,34</b>	<b>0%</b>
<b>Despesas de Capital</b>	<b>3 627 578,74</b>	<b>4 098 402,62</b>	<b>2 969 252,16</b>	<b>3 091 666,21</b>	<b>3 107 947,26</b>	<b>5 566 925,33</b>	<b>2 458 978,07</b>	<b>12%</b>
<b>Aquisição bens de capital</b>	<b>2 312 537,70</b>	<b>1 937 472,71</b>	<b>1 479 315,49</b>	<b>1 711 638,85</b>	<b>2 034 089,03</b>	<b>4 334 689,81</b>	<b>2 300 600,78</b>	<b>11%</b>
<b>Transferências de capital</b>	<b>905 113,74</b>	<b>1 718 653,35</b>	<b>851 629,80</b>	<b>1 049 760,07</b>	<b>808 415,86</b>	<b>936 000,83</b>	<b>127 584,97</b>	<b>1%</b>
<b>Ativos financeiros</b>	<b>5 272,62</b>	<b>122 828,00</b>	<b>122 828,00</b>	<b>126 877,00</b>	<b>92 121,00</b>	<b>61 414,00</b>	<b>-30 707,00</b>	<b>0%</b>
<b>Passivos financeiros</b>	<b>404 654,68</b>	<b>319 448,56</b>	<b>233 045,97</b>	<b>203 390,29</b>	<b>173 321,37</b>	<b>234 820,69</b>	<b>61 499,32</b>	<b>0%</b>
<b>Outras despesas capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>282 432,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0%</b>
<b>Total</b>	<b>16 715 338,47</b>	<b>16 951 581,87</b>	<b>15 909 666,51</b>	<b>16 921 355,10</b>	<b>17 102 259,87</b>	<b>20 530 150,12</b>	<b>3 427 890,25</b>	<b>17%</b>

O total de despesa paga em 2019 foi superior em mais de 3,8 mil euros comparativamente a 2014, devendo-se sobretudo, nas despesas correntes ao somatório das rubricas de despesas com o pessoal e com a aquisição de bens e serviços, no entanto a redução significativa nos juros e outros encargos.

Já nas despesas de capital a variação mais significativa foi na aquisição de bens de capital onde foram inscritos os investimentos das grandes obras em execução. De igual modo uma queda significativa nos ativos financeiros demonstra a redução aplicada do FAM e nos passivos financeiros correspondente aos empréstimos entretanto concluídos.

As contas a pagar têm sofrido um progresso decrescente devido ao estreito controle nos pagamentos efetuados.

Já a evolução crescente no decorrer dos anos tanto nos compromissos assumidos, compromissos por pagar, como nas despesas pagas demonstrado no quadro e gráfico seguintes.

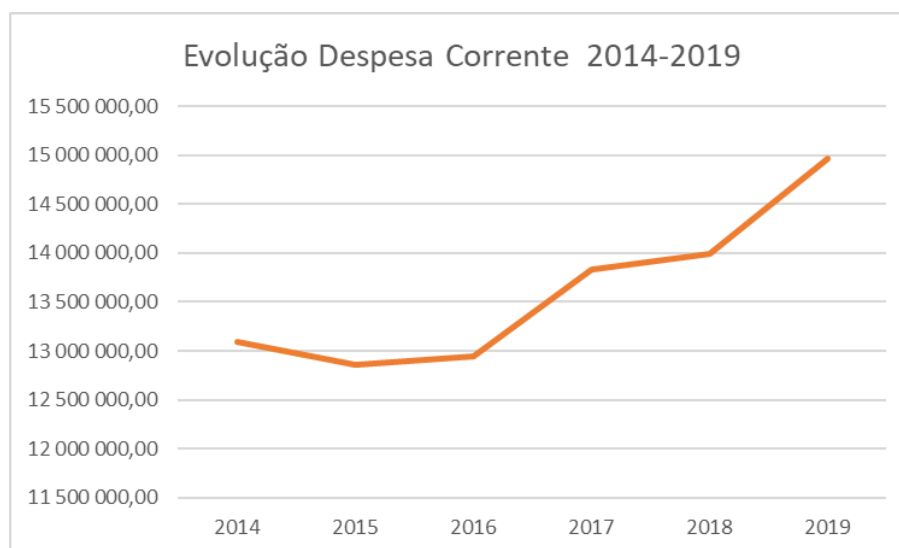
Un: Euro

Ano	Compromissos Assumidos	Despesas Pagas	Compromissos por Pagar	Contas a pagar
2012	20 915 658,78	17 233 813,77	3 681 845,01	3 508 366,66
2013	20 426 634,75	17 899 342,80	2 527 291,95	1 595 036,78
2014	18 894 145,97	16 715 338,47	2 178 807,50	1 768 980,24
2015	18 217 407,33	16 951 581,87	1 265 825,46	556 107,76
2016	17 901 190,00	15 909 666,51	1 991 523,49	570 318,34
2017	19 194 697,42	16 921 355,10	2 273 342,32	755 326,70
2018	21 624 939,84	17 102 259,87	4 522 679,97	587 132,66
2019	27 402 308,14	20 530 150,12	6 872 158,02	498 785,91



### 3.7. Despesas correntes

O gráfico demonstra a evolução da despesa corrente do município



### Estrutura da Despesa Corrente

O incremento dos valores comparativos nos principais capítulos de despesas correntes é mais perceptível nas despesas com o pessoal em que apresenta uma variação de 561.593,36 euros, no entanto em todas as rubricas seguiram a mesma tendência – aquisição de serviços e transferências.

Onde se apurou uma redução foi nas rubricas dos juros e outros encargos (-65.359,76 euros) e nas outras despesas correntes embora mais ligeiramente.

Un: Euro

Designação	2017		2018		2019		Variação 2019-2018	
	€	%	€	%	€	%	V. Absoluta	%
<b>Despesas com o pessoal</b>	<b>6 353 911,82</b>	45,94	<b>6 767 388,72</b>	48,36	<b>7 328 982,08</b>	49%	<b>561 593,36</b>	<b>3,8%</b>
<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>4 650 570,85</b>	33,63	<b>5 039 805,53</b>	36,01	<b>5 432 665,72</b>	36%	<b>392 860,19</b>	<b>2,6%</b>
Aquisição de bens	1 290 201,86	9,33	1 193 585,68	8,53	1 156 191,37	8%	-37 394,31	-0,2%
Aquisição de serviços	3 360 368,99	24,30	3 846 219,85	27,48	4 276 474,35	29%	430 254,50	2,9%
<b>Juros e outros encargos</b>	<b>49 733,88</b>	0,36	<b>72 334,76</b>	0,52	<b>6 975,00</b>	0%	<b>-65 359,76</b>	<b>-0,4%</b>
<b>Transferências</b>	<b>1 560 444,19</b>	11,28	<b>1 705 010,71</b>	12,18	<b>1 788 228,44</b>	12%	<b>83 217,73</b>	<b>0,6%</b>
Administração local	405 975,41	2,94	458 670,79	3,28	474 410,58	3%	15 739,79	0,1%
Outras entidades	1 154 468,78	8,35	1 246 339,92	8,91	1 313 817,86	9%	67 477,94	0,5%
<b>Outras despesas correntes</b>	<b>1 215 028,15</b>	8,79	<b>409 772,89</b>	2,93	<b>406 373,55</b>	3%	<b>-3 399,34</b>	<b>0,0%</b>
<b>Total</b>	<b>13 829 688,89</b>	<b>100%</b>	<b>13 994 312,61</b>	<b>100%</b>	<b>14 963 224,79</b>	<b>100%</b>	<b>968 912,18</b>	<b>6,5%</b>

Em 2019 entrou em vigor a “Re” Organização de Serviços Municipais com o Modelo de Estrutura Orgânica e do Número Máximo de Unidades Orgânicas Flexíveis, que gerou um crescimento nas despesas com o pessoal pela valorização dos novos coordenadores das Unidades Orgânicas nos lugares de dirigentes intermédios de 3º grau pela sua nomeação no desempenho das suas funções. Também com o descongelamento das carreiras em que a progressão e mudança de posições remuneratórias dependeram do tempo de serviço individual de cada funcionário os valores foram acrescidos.

Consequentemente todos os encargos sociais relacionados com estas regularizações também sofreram o seu diferencial de valor.

Un: Euro

Designação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Gráfico
<b>Remunerações certas e permanentes</b>	4 974 000,72	4 749 858,61	4 737 938,68	4 679 209,48	4 565 776,91	4 621 737,54	4 935 438,20	5 341 416,14	
<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>	313 624,53	344 862,62	277 400,98	287 057,71	280 627,39	313 882,71	344 671,46	365 059,12	
<b>Segurança social</b>	1 205 728,55	1 339 490,51	1 597 294,47	1 500 910,38	1 369 847,20	1 418 291,57	1 487 279,06	1 622 506,82	
<b>Total</b>	<b>6 493 353,80</b>	<b>6 434 211,74</b>	<b>6 612 634,13</b>	<b>6 467 177,57</b>	<b>6 216 251,50</b>	<b>6 353 911,82</b>	<b>6 767 388,72</b>	<b>7 328 982,08</b>	

As aquisições de bens correntes continuaram em redução, mas contrariamente, as aquisições de serviços foram acrescidas em cerca de 430 mil euros.

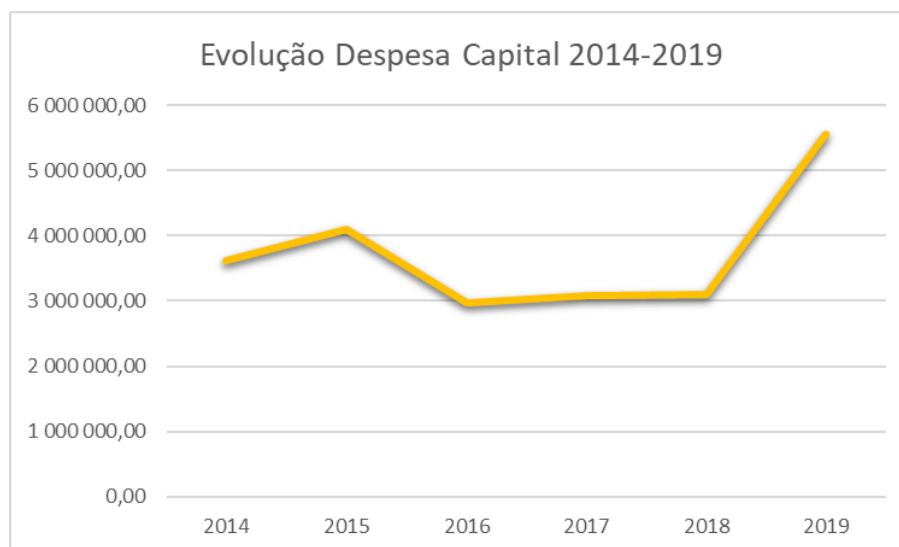
Un: Euro

Designação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Gráfico
<b>Aquisição de bens</b>	1 137 753,43	947 507,61	922 345,82	1 193 679,31	1 123 363,82	1 290 201,86	1 193 585,68	1 156 191,37	
<b>Aquisição de serviços</b>	3 382 222,65	3 119 674,93	3 874 767,17	3 151 076,90	3 051 505,49	3 360 368,99	3 846 219,85	4 276 474,35	
<b>Total</b>	<b>4 519 976,08</b>	<b>4 067 182,54</b>	<b>4 797 112,99</b>	<b>4 344 756,21</b>	<b>4 174 869,31</b>	<b>4 650 570,85</b>	<b>5 039 805,53</b>	<b>5 432 665,72</b>	

### 3.8. Despesas de capital

No gráfico seguinte é notório o enorme crescimento da despesa de capital (2014-2019) que rondou quase 2,5 milhões de euros, face aos anos anteriores que foram mantendo uma tendência de estabilidade.

#### Evolução da Despesa Capital



#### Estrutura da Despesa de Capital

Como já referido no presente relatório, o progressivo investimento deveu-se a um desbloqueio de inúmeras empreitadas às quais foram atribuídos os vistos prévios do Tribunal de Contas e consequentemente pela sua execução acelerada por forma a minimizar os incómodos aos munícipes pelas suas especificidades quer na cidade quer nas freguesias onde se localizavam essas mesmas obras.

Também se verificou um ligeiro reforço no investimento em novas aquisições de bens de transporte.

Com significado pouco relevante ficaram os passivos financeiros, sendo que não houve qualquer execução nas outras despesas de capital, e pela redução dos valores de comparticipação do FAM e ainda pela conclusão do processo da locação financeira apresentou-se uma execução abaixo do ano anterior

Un: Euro

Designação	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 2018-2019		
	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	%	Valor	%
<b>Investimentos</b>	<b>2 312 537,70</b>	<b>1 937 472,71</b>	<b>1 415 935,98</b>	<b>1 621 369,56</b>	<b>1 972 739,59</b>	<b>3 416 048,50</b>	61%	1 443 308,91	93%
Terrenos	13 322,61	35 066,19	0,00	25 574,31	0,00	0,00	0%	0,00	0%
Habitações, edifícios e outras construções	1 664 834,06	1 518 444,49	1 110 856,29	769 112,72	1 065 707,41	3 416 048,50	61%	2 350 341,09	151%
<b>Material de transporte</b>	<b>102 294,37</b>	<b>17 198,54</b>	<b>71 579,44</b>	<b>32 595,01</b>	<b>128 661,79</b>	<b>198 603,69</b>	4%	69 941,90	5%
<b>Maquinaria e equipamento</b>	<b>319 561,10</b>	<b>94 041,23</b>	<b>152 469,59</b>	<b>258 113,98</b>	<b>483 004,00</b>	<b>511 708,47</b>	9%	28 704,47	2%
<b>Outros</b>	<b>212 525,56</b>	<b>272 722,26</b>	<b>81 030,66</b>	<b>535 973,54</b>	<b>295 366,39</b>	<b>173 694,15</b>	3%	-121 672,24	-8%



<b>Transferências</b>	<b>905 113,74</b>	<b>1 718 653,35</b>	<b>851 629,80</b>	<b>1 049 760,07</b>	<b>808 415,86</b>	<b>936 000,83</b>	<b>17%</b>	<b>127 584,97</b>	<b>8%</b>
Administração local	195 267,07	284 743,45	315 123,25	<b>523 967,44</b>	298 822,62	445 222,17	8%	146 399,55	9%
Outras entidades	709 846,67	1 433 909,90	536 506,55	<b>525 792,63</b>	509 593,24	490 778,66	9%	<b>-18 814,58</b>	<b>-1%</b>
<b>Locação Financeira</b>			<b>63 379,51</b>	<b>90 269,29</b>	<b>61 349,44</b>	<b>34 635,00</b>	<b>1%</b>	<b>-26 714,44</b>	<b>-2%</b>
<b>Ativos financeiros</b>	<b>5 272,62</b>	<b>122 828,00</b>	<b>122 828,00</b>	<b>126 877,00</b>	<b>92 121,00</b>	<b>61 414,00</b>	<b>1%</b>	<b>-30 707,00</b>	<b>-2%</b>
<b>Passivos financeiros</b>	<b>404 654,68</b>	<b>319 448,56</b>	<b>233 045,97</b>	<b>203 390,29</b>	<b>173 321,37</b>	<b>234 820,69</b>	<b>4%</b>	<b>61 499,32</b>	<b>4%</b>
<b>Outras despesas de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>282 432,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0%</b>	<b>0,00</b>	<b>0%</b>
<b>Total</b>	<b>3 627 578,74</b>	<b>4 098 402,62</b>	<b>2 969 252,16</b>	<b>3 091 666,21</b>	<b>4 014 979,44</b>	<b>5 566 925,33</b>	<b>100%</b>	<b>1 551 945,89</b>	

Na variação 2018-2019 a execução dos investimentos foi o capítulo onde se verificou o crescimento positivo em 93% sendo que as restantes rubricas tiveram oscilações mais baixas ou até de forma negativa como no caso da locação financeira e dos ativos.

### 3.9. Grandes Opções do Plano

#### 3.9.1 Plano de Atividades

A execução do PA é o resultado pela inserção da despesa dos Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos e Protocolos de Cooperação estabelecidos em continuidade com as Juntas de Freguesia do concelho.

Os restantes 289 projetos são reveladores do desenvolvimento de atividade municipal.

#### 3.9.2 Plano Plurianual de Investimentos

Em 2019 foram nas Funções Económicas que absorveram a maior importância da execução com cerca de 61%, e em que se desenvolveram diversos investimentos de grande porte, quer no seu início ou pela sua continuidade como sendo a “Qualificação da Rua de Aviz, Rua das Escadinhas Rua de Olivença, Rua S. Miguel e Rua do Calvário, incluindo o Muro do Jardim Público”, a “Reabilitação do Mercado Municipal” e também “Remodelação da Envolvente do Mercado Municipal e do Troço Sudeste da Rua Comandante Frago”, a “Requalificação dos Espaços Exteriores, Acessos e Terreiros do Castelo”, a “Implementação de Percursos Livres de Obstáculos no âmbito do Plano de Acessibilidade e Mobilidade”.

Mais na vertente viária, a “Beneficiação do Lanço da EM 530 entre a Pitamariça e Alto da Mata”, a “Beneficiação de Arruamentos Urbanos” e “Infraestruturas Pavimentação e Passeios” que na Cidade quer nas Freguesias, e “Outras Beneficiações”, a “Rede Abastecimento de Água em Cortiçadas de Lavre”, a “Execução de Arruamentos e outras Infra-estruturas em Foros de Vale Figueira e também em Ciborro”. Também para a aquisição de sinalização para a cidade, e acrescente-se a contínua renovação de frota municipal quer com viaturas de serviços ou com equipamentos para trabalhos acessórios como uma viatura de Recolha de RSU, e o acompanhamento de diversos “Estudos, Planos e Projetos”.

De seguida foram as Funções Sociais com uma execução de 20% foram objeto de uma repartição pelos apoios a entidades do concelho para aquisições de equipamentos e de obras, sendo a principal intervenção

com caráter urgente na “Consolidação e Reforço de Fundações e Estruturas do Convento da Saudação” com o apoio financeiro do Fundo de Salvaguarda do Património Cultural que despoletou num contrato no valor de 1.680.000,00 euros.

Com uma execução mais exígua ficaram as Outras Funções (15%) de onde ainda assim se destacam as “Obras e Construção em Instalações Municipais” mais concretamente o Edifício Social da Câmara, e a “Aquisição de Equipamento informático e Renovação da Rede Estruturada”, e na aquisição de diversos equipamentos para as Divisões cumprirem ainda melhor as suas funções. Também a introdução de novos projetos quer de Modernização Administrativa quer de implementação de *Wi-fi* foram sinal de investimento por parte do Município. E por último nas Funções Gerais apenas com 4% de execução, mas permitiu a comparticipação reduzida ao abrigo do estipulado legalmente para o Fundo de Apoio Municipal (FAM), a continuidade do apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros nos compromissos protocolados para as “Obras do Quartel e pela “Aquisição de 2 Ambulâncias” para servir à população e ainda para a reparação de equipamentos.

O quadro seguinte avalia a evolução e sintetiza a situação descrita.

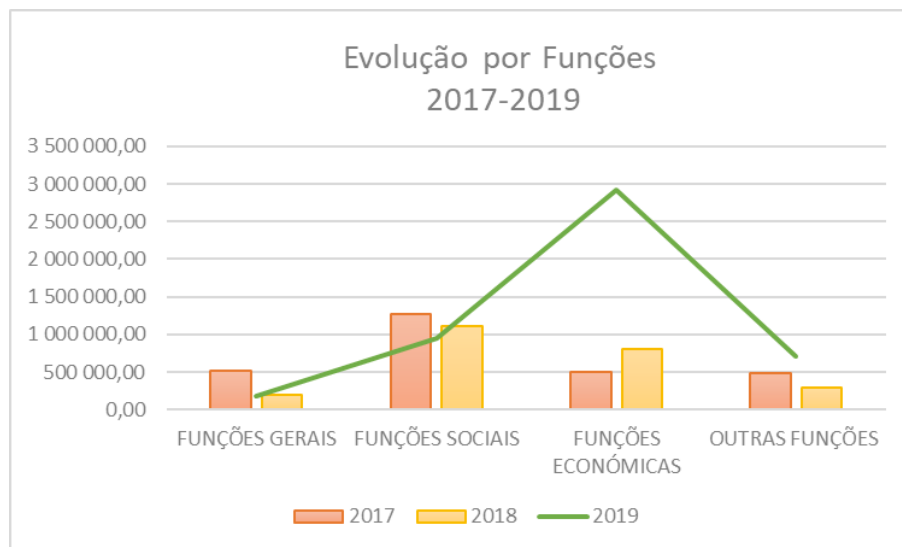
Un: Euro

Funções	Designação	2017			2018			2019		
		Dotação Final	Execução	% Exec	Dotação Final	Execução	% Exec	Dotação Final	Execução	% Exec
<b>1.</b>	<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>593 477,87</b>	<b>518 177,11</b>	<b>87,31</b>	<b>211 853,15</b>	<b>201 947,72</b>	<b>95,32</b>	<b>186 612,91</b>	<b>179 191,09</b>	<b>4%</b>
1.1.	Serviços gerais da administração pública	460 903,83	385 603,07	83,66	138 399,06	131 815,75	95,24	96 834,81	89 412,99	2%
1.2.	Segurança e ordem pública	132 574,04	132 574,04	100	73 454,09	70 131,97	95,48	89 778,10	89 778,10	2%
<b>2.</b>	<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>2 225 764,14</b>	<b>1 272 731,83</b>	<b>57,18</b>	<b>2 445 373,20</b>	<b>1 110 970,42</b>	<b>45,43</b>	<b>2 337 126,42</b>	<b>940 673,95</b>	<b>20%</b>
2.1.	Educação	134 623,24	45 832,64	34,05	751 843,13	65 600,18	8,73	347 245,46	45 693,30	1%
2.3.	Segurança e ação sociais	177 609,09	175 312,59	98,71	212 225,42	128 499,95	60,55	153 105,83	149 688,16	3%
2.4.	Habitação e serviços coletivos	1 139 792,52	405 813,70	35,6	985 775,49	637 700,60	64,69	262 064,98	200 420,41	4%
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	773 739,29	645 772,90	83,46	495 529,16	279 169,69	56,34	1 574 710,15	544 872,08	11%
<b>3.</b>	<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>1 208 857,61</b>	<b>504 447,74</b>	<b>41,73</b>	<b>3 973 193,86</b>	<b>808 673,84</b>	<b>20,35</b>	<b>7 651 787,65</b>	<b>2 918 854,71</b>	<b>61%</b>
3.1.	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca				0,00	0,00	0	0,00	0,00	0%
3.2.	Indústria e energia	0,00	0,00	0	53 539,73	0,00	0	267 698,65	0,00	0%
3.3.	Transportes e comunicações	1 193 096,68	488 686,81	40,96	2 234 643,20	696 376,46	31,16	2 459 583,94	1 851 955,13	39%
3.4.	Comércio e turismo	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0%
3.5.	Outras funções económicas	15 760,93	15 760,93	100	1 685 010,93	112 297,38	6,66	4 924 505,06	1 066 899,58	22%
<b>4.</b>	<b>OUTRAS FUNÇÕES</b>	<b>517 490,79</b>	<b>476 345,50</b>	<b>92,05</b>	<b>762 529,32</b>	<b>291 651,71</b>	<b>38,25</b>	<b>803 704,45</b>	<b>711 057,43</b>	<b>15%</b>
	<b>Total</b>	<b>4 545 590,41</b>	<b>2 771 702,18</b>	<b>60,98</b>	<b>7 392 949,53</b>	<b>2 413 243,69</b>	<b>32,64</b>	<b>10 979 231,43</b>	<b>4 749 777,18</b>	<b>100%</b>

A execução resumida do PPI repartida por funções é a dos quadros seguintes:

Funções	Designação	Execução 2019	%
1.	FUNÇÕES GERAIS	179 191,09	4%
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	940 673,95	20%
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	2 918 854,71	61%
4.	OUTRAS FUNÇÕES	711 057,43	15%
<b>Total</b>		<b>4 749 777,18</b>	<b>100%</b>

É notória a relevância que as funções económicas têm vindo a apresentar (2017-2019)



### 3.10 – Contratação Administrativa

O Mapa de Contratação Administrativa faz parte dos anexos da Prestação de Contas.

### 3.11 – Transferências e Subsídios

Em 2019 os valores correspondentes a transferências e subsídios estão documentados nos anexos da Prestação de Contas.

### 3.12 – Aplicação de ativos de rendimento fixo e variável

Não existem

### 3.13 – Endividamento

Faz parte integrante dos Documentos de Prestação de Contas o mapa de empréstimos a médio e longo prazo.

Pelas regras instituídas na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), pode-se averiguado no quadro seguinte: o apuramento do limite da dívida orçamental para 2019.

### Limite de dívida orçamental

Un: Euro

	2016	2017	2018	2019
<b>Receita corrente líquida</b>	<b>15 964 944,00</b>	<b>15 809 055,00</b>	<b>16 264 378,80</b>	<b>17 218 228,67</b>
Média receita corrente (2016/2017/2018)				16 012 792,60
Média receita corrente (2017/2018/2019)				16 430 554,16
<b>Limite da dívida total a 31/12/2019</b>				<b>24 019 188,90</b>
Limite da dívida total a 01/01/2020				24 645 831,24
<u>Dívida total</u>				
22				139 166,64
23				707 156,22
24				350 294,55
26				980 161,35
<b>SOMA</b>				<b>2 176 778,76</b>
Operações tesouraria				374 327,57
Fundo de Apoio Municipal (FAM)				30 708,00
<b>Divida que releva</b>				<b>1 771 743,19</b>
<b>Margem de endividamento a 31/12/2019</b>				<b>22 247 445,71</b>
<b>Margem utilizável a 31/12/2019</b>				<b>4 449 489,14</b>
<b>Margem de endividamento a 01/01/2020</b>				<b>22 874 088,05</b>
<b>Margem utilizável a 01/01/2020</b>				<b>4 574 817,61</b>

#### NOTAS:

Limite da dívida total = 1,5 \* média da receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 anos

Margem do Município = Limite da dívida total - Dívida que releva

Capacidade de endividamento = 20% da margem final

Nota: O cálculo de endividamento não integra as entidades relevantes constantes do artigo 54º do REFALEI. Contudo dado que o conjunto dessas entidades não tem materialidade no apuramento, o valor da margem de endividamento mantém uma dimensão significativa. O quadro acima evidencia que o município detém uma margem de endividamento significativa.

### 3.14 - Pagamentos em atraso

A implementação em 2012 da LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso forçou a uma tendência para a situação financeira municipal para “inexistência de pagamentos em atraso”.

No Município de Montemor esse objetivo foi alcançado: a partir no final de 2014 e desde então que se mantém com essa posição de estabilidade, assim os fornecedores são ressarcidos pelo seu fornecimento e/ou prestação de bens e serviços dentro dos prazos de vencimento da faturação e com regularidade, mas esta situação implica que o Município tenha um controle financeiro muito apertado.

O mapa dos pagamentos em atraso encontra-se anexo ao presente relatório.

Pagamentos em Atraso em 2014		Passivo	Contas a Pagar	91-120 dias	121-240 dias	241-360 dias	+360 dias	Total
CE01	Despesas com pessoal	83 955,90	3 657,07					
CE02	Aq. Bens e serviços correntes	638 305,25	638 305,25					
CE03	Juros e outros encargos	64 661,87	64 661,87					
CE04	Transferências Correntes	38 630,40	38 630,40					
CE06	Outras despesas correntes	84 624,58	84 624,58					
CE07	Aq. Bens e serviços de capital	1 159 585,51	539 407,70					
CE08	Transferências de capital	399 693,37	399 693,37					
<b>Total</b>		<b>2 469 456,88</b>	<b>1 768 980,24</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Pagamentos em Atraso em 2019		Passivo	Contas a Pagar	91-120 dias	121-240 dias	241-360 dias	+360 dias	Total
CE01	Despesas com pessoal							
CE02	Aq. Bens e serviços correntes	128 076,22	128 076,22					
CE03	Juros e outros encargos							
CE04	Transferências Correntes	1466,10	1466,10					
CE06	Outras despesas correntes	5 379,97	5 379,97					
CE07	Aq. Bens e serviços de capital	498 189,14	361644,72					
CE08	Transferências de capital	2 218,90	2 218,90					
<b>Total</b>		<b>635 330,33</b>	<b>498 785,91</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

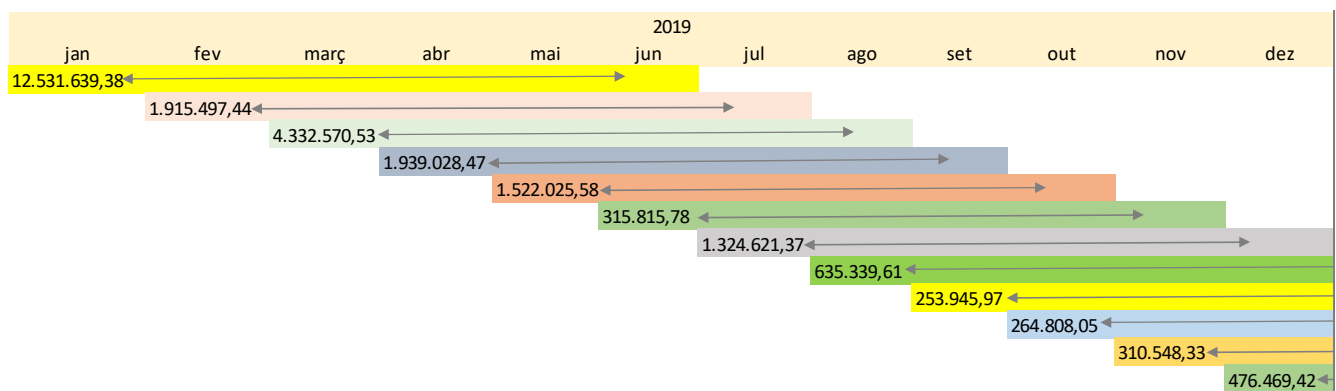
### Pagamentos em atraso e prazo médio de pagamento

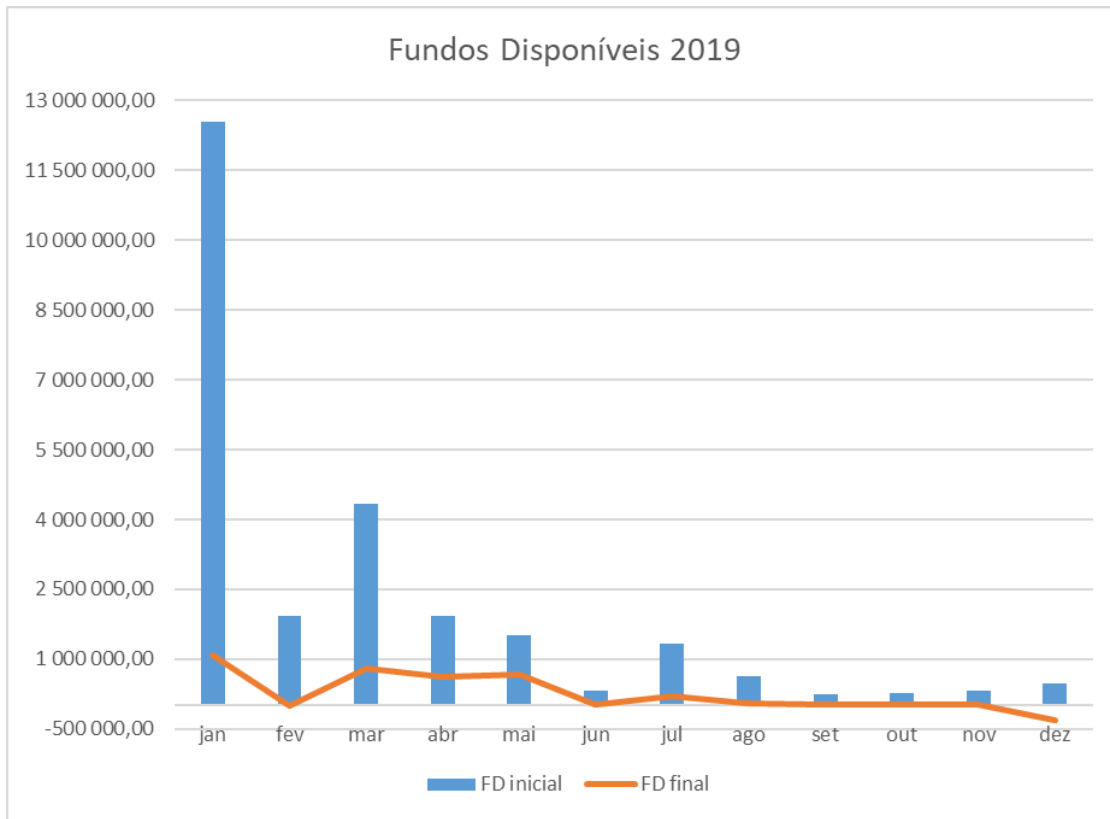
O Município de Montemor não apresenta pagamentos em atraso e o prazo médio de pagamentos registou reduções sucessivas ao longo de todos os trimestres do exercício conforme quadro publicado pela DGAL:

Data	31-12-2018	01-03-2019	30-06-2019	30-09-2019	31-12-2019
Nº de dias PMP	<b>56</b>	<b>49</b>	<b>46</b>	<b>39</b>	<b>33</b>

Esta Lei foi também procedente ao Cálculo de Fundos Disponíveis que não é mais do que verificar a capacidade que a entidade terá num espaço de 6 meses para assumir os compromissos a que se propõe cumprir, contando com determinadas receitas (próprias ou de fundos comunitários).

O apuramento do ano 2019 teve a seguinte evolução:





## 4 – Evolução da Situação Financeira e Económica

### 4.1 – Evolução da Estrutura – Análise do Balanço

O Balanço reflete a situação económico-financeira da entidade.

Por força das correções efetuadas no imobilizado a variação do seu valor comparativamente com exercício anterior não é diretamente comparável.

Un: Euro

ACTIVO LIQUIDO		2019	2018	2017
<b>Imobilizado</b>				
<b>Bens de domínio público</b>				
451	Terrenos e recursos naturais	138 888,56	138 888,56	138 888,56
452	Edifícios			
453	Outras construções e infra-estruturas	9 570 273,68	9 433 645,13	10 973 857,98
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	66 349,13	66 349,13	66 349,13
459	Outros bens de domínio público			
445	Imobilizações em curso	3 134 148,46	1 747 302,07	1 198 626,77
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00
		<b>12 909</b>	<b>11 386</b>	<b>12 377</b>
		<b>659,83</b>	<b>184,89</b>	<b>722,44</b>
<b>Imobilizações incorpóreas</b>				
431	Despesas de instalação	0,00	17 220,00	34 440,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	63 071,94	57 750,96	8 462,40
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	127,92
443	Imobilizações em curso	360 906,74	346 068,63	281 975,05
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas		0,00	0,00
		<b>423 978,68</b>	<b>421 039,59</b>	<b>325 005,37</b>
<b>Imobilizações corpóreas</b>				
421	Terreno e recursos naturais	14 880	14 756 430,49	14 756 430,49
		301,38		
422	Edifícios e outras construções	18 764	17 487 503,51	18 002 991,63
		553,95		
423	Equipamento básico	864 835,56	697 950,12	690 645,83
424	Equipamento de transporte	583 509,09	472 387,57	446 069,25
425	Ferramentas e utensílios	27 024,30	26 036,35	21 402,42
426	Equipamento administrativo	225 350,00	202 454,63	187 729,88
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	41 212,85	31 538,57	38 914,06
442	Imobilizações em curso	10 571,85	514 915,03	583 999,86
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00
		<b>35 397</b>	<b>34 189</b>	<b>34 728</b>
		<b>358,98</b>	<b>216,27</b>	<b>183,42</b>
<b>Investimentos financeiros</b>				
411	Partes de capital		0,00	0,00
412	Obrigações e títulos de participação	552 727,00	552 727,00	859 797,72
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00
		<b>552 727,00</b>	<b>552 727,00</b>	<b>859 797,72</b>

	<b>Circulante</b>			
	<b>Existências</b>			
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	161 661,71	150 933,13	168 841,67
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00
		<b>161 661,71</b>	<b>150 933,13</b>	<b>168 841,67</b>
	<b>Dividas de terceiros - Médio e longo prazo</b>			
	<b>Dividas de terceiros - Curto prazo</b>			
28	Empréstimos concedidos	1 430,78	4 014,23	5 652,18
211	Clientes, c/c	174 839,59	142 184,31	113 449,18
212	Contribuintes, c/c	1 328,45	18 759,98	22 363,10
213	Utentes, c/c	30 345,73	27 781,97	22 995,32
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	89 625,74	6 000,00	6 000,00
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outras entes públicas	0,00	0,00	4 970,11
262+263+266 267+268	Outros devedores	324 072,39	339 022,19	97 469,29
		<b>621 642,68</b>	<b>537 762,68</b>	<b>272 899,18</b>
	<b>Títulos negociáveis</b>			
151	Acções		0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação		0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública		0,00	0,00
159	Outros títulos		0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria		0,00	0,00
	<b>Depósitos em instituições financeiras e caixa</b>			
12	Depósitos em instituições financeiras	2 470 441,77	3 618 267,93	3 008 134,67
11	Caixa	8 116,36	2 270,91	6 079,32
		<b>2 478 558,13</b>	<b>3 620 538,84</b>	<b>3 014 213,99</b>
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>			
271	Acréscimos de proveitos	1 694 062,64	1 721 087,91	1 458 213,82
272	Custos diferidos	350,00	350,00	49 912,46
		<b>1 694 412,64</b>	<b>1 721 437,91</b>	<b>1 508 126,28</b>
	<b>Total de amortizações</b>	90 406 895,52	85 577 486,70	82 696 811,06
	<b>Total de provisões</b>	684 804,19	687 504,19	738 220,64
	<b>Total do activo</b>	<b>54 239 999,65</b>	<b>52 579 840,31</b>	<b>53 254 790,07</b>



FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		2019	2018	2017
51	Património	99 506	99 506	99 506
		607,49	607,49	607,49
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00	0,00	0,00
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00	0,00
	<b>Reservas :</b>			
571	Reservas legais	1 408 054,74	1 408 054,74	1 408 054,74
572	Reservas estatutárias			
573	Reservas contratuais			
574	Reservas livres	1 408 054,74	1 408 054,74	1 408 054,74
575	Subsídios			
576	Doações	11 657,00	11 657,00	11 657,00
577	Reservas decorrentes de transferências de activos			
59	Resultados transitados	-60 110	-63 525	-62 517
		274,69	699,96	389,85
88	Resultados líquido do exercício	-596 722,17	-15 522,13	-1 520 337,81
		<b>41 627</b>	<b>38 793</b>	<b>38 296</b>
		<b>377,11</b>	<b>151,88</b>	<b>646,31</b>
	<b>Passivo :</b>			
292	Provisões para riscos e encargos	660 000,00	200 000,00	200 000,00
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo			
2312	Empréstimos de Médio e longo prazo	472 335,53	707 095,54	941 976,91
2613	Fornecedores Leasing			34 523,53
2615	Outros Forn de imobilizado MLP			
	<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo :</b>			
217	Clientes e utentes, c/cauções		0,00	0,00
2681	Credores Diversos - FAM	0,00	30 708,00	368 484,72
	Dívidas a terceiros - Curto prazo	138 087,00	0,00	0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas		0,00	0,00
2311+23122	Empréstimos de Curto Prazo	234 820,69	234 881,37	173 321,37
221	Fornecedores, c/c	67 652,19	45 746,32	43 970,96
222	Fornecedores Leasing		34 625,09	67 761,90
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	409 045,48	357 398,54	706 048,74
252	Credores pela execução do orçamento			
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	154 614,00	351 537,16	535 653,44
2614	Outros Forn de imobilizado		0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	350 294,55	342 778,00	306 547,35
2618	Cauções empreitadas			
217+262+263+267+268	Outros credores	349 929,32	558 594,88	628 562,94
	<b>Acréscimos e diferimentos :</b>			
273	Acréscimos de custos	1 567 697,72	1 049 179,01	996 915,87
274	Proveitos diferidos	8 208 146,06	9 874 144,52	9 954 376,03
	<b>Total do passivo</b>	<b>12 612</b>	<b>13 786</b>	<b>14 958</b>
		<b>622,54</b>	<b>688,43</b>	<b>143,76</b>
	<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>54 239</b>	<b>52 579</b>	<b>53 254</b>
		<b>999,65</b>	<b>840,31</b>	<b>790,07</b>

## Evolução Balanço 2017-2019

<b>ACTIVO LIQUIDO</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Total de amortizações	82 696 811,06	85 577 486,70	90 406 895,52
Total de provisões	738 220,64	687 504,19	684 804,19
<b>Total do activo</b>	<b>53 254 790,07</b>	<b>52 579 840,31</b>	<b>54 239 999,65</b>

<b>FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Total do passivo	14 958 143,76	13 786 688,43	12 612 622,54
<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>53 254 790,07</b>	<b>52 579 840,31</b>	<b>54 239 999,65</b>

### 5 - Aplicação de resultados

O Resultado Líquido apurado no exercício de 2019 ascende ao montante negativo de **596.722,17** euros. Propõe-se que o mesmo seja transferido para a conta de Resultados Transitados conforme o estabelecido no POCAL.

15 de maio 2020

A Presidente  
Hortênsia Menino



MONTEMOR | O | NOVO  
câmara municipal